



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**BRASIL E CHINA: A EVOLUÇÃO DO COMPLEXO SOJA ENTRE 2014-2019.  
COMÉRCIO EXTERIOR, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.**

**GLAUCYA ABDALLA SCHEFFER**

Foz do Iguaçu  
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**BRASIL E CHINA: A EVOLUÇÃO DO COMPLEXO SOJA ENTRE 2014-2019.  
COMÉRCIO EXTERIOR, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.**

**GLAUCYA ABDALLA SCHEFFER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Fernando Gabriel Romero

Foz do Iguaçu  
2021

2021  
GLAUCYA ABDALLA SCHEFFER

**BRASIL E CHINA: A EVOLUÇÃO DO COMPLEXO SOJA ENTRE 2014-2019.  
COMÉRCIO EXTERIOR, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Doutor Fernando Gabriel Romeiro  
UNILA

---

Profa. Doutora Paula Daniela Fernández  
UNILA

---

Prof. Doutor Valdemar João Wesz Junior  
UNILA

Foz do Iguaçu, 04 de junho de 2021.



### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) dia(s) 04 do mês de junho do ano de 2021 realizou-se a apresentação pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Brasil e China: a evolução do complexo da soja entre 2014-2019. Comércio exterior, financiamento e investimentos apresentado pelo discente Glaucoya Abdalla Scheffer, do curso Relações Internacionais e Integração. Os trabalhos foram iniciados às 15 h 00, pelo(a) docente orientador(a) Fernando Gabriel Romero presidente da banca examinadora, com o(a) docente Valdemar João Wess Junior e o(a) docente Paula Daniela Fernández.

#### Observações da Banca Examinadora:

O texto está bem escrito e o tema é muito significativo para o estudo das relações internacionais contemporâneas. Utiliza fontes qualitativas e quantitativas. A estrutura do trabalho é coerente. A apresentação do trabalho foi clara e trouxe os principais elementos de maneira direta. A banca fez sugestões específicas que serão incorporadas à versão final do texto sob supervisão do orientador.

A Banca Examinadora, ao término da apresentação oral e da arguição do acadêmico, encerrou os trabalhos às 16 h 28. Os examinadores atribuíram as seguintes notas:

orientador(a)	nota final: <u>950</u>	Média final:  <u>950</u>
docente	nota final: <u>950</u>	
docente	nota final: <u>950</u>	

Proclamado o resultado pelo presidente da banca examinadora, encerraram-se os trabalhos e, para constar, eu Fernando Gabriel Romero lavrei a presente Ata que assino juntamente com os demais membros da banca.

Foz do Iguaçu, 04 de junho de 2021.

Assinaturas:

--	--	--

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Glaucya Abdalla Scheffer

Curso: Relações Internacionais e Integração

	Tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico:

**BRASIL E CHINA: A EVOLUÇÃO DO COMPLEXO SOJA ENTRE 2014-2019.COMÉRCIO EXTERIOR, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.**

Nome do orientador(a): Fernando Gabriel Romeiro

Data da Defesa: 04 / 06 / 2021

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma contribuíram ao meu desenvolvimento. Principalmente minha mãe Mireille, meu pai Celso e meu irmão Leonam, por serem a base da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A vida é composta por milhares de pequenas coisas que formam nosso caráter, que contribuem para o nosso desenvolvimento. Essas minúcias se encontram nas entrelinhas do decorrer da nossa vida, minando para o bem ou para o mal nossa breve vida na terra. Alguns fatos ensinados nessa caminhada muitas vezes passam a ser uma ilusão criada para restringir nossa mente, ilusões como a de “Androides Sonham com Ovelhas Elétricas?” de Philip K. Dick, nas quais tudo que as mantém são nossa crença de que aquilo existe. Agradeço assim, a todos que fizeram eu ver a realidade.

Primeiramente, minha família. Família é mais que um comercial alegre, ela traz todos os conflitos que você pode um dia encontrar em uma sociedade normal. Por isso ela é tão importante, se você sabe admirar o valor de uma família que te ensina com amor tudo que está escondido aos seus olhos, você provavelmente já encontrou felicidade em sua vida. A minha é especialmente a maior preciosidade que eu poderia ter.

Segundamente, a minha melhor amiga. É impossível não agradecer todas as conversas libertárias, conselhos e carinho que fomos capazes de ter durante uma amizade que dura desde a infância, até provavelmente a eternidade. A importância de dar valor às pessoas que estão à sua volta é um dom que todos precisamos ter. Agradeço não só a ela, mas a todos meus amigos formidáveis.

Por fim, agradeço também a todos meus professores. Em especial minha professora de história do ensino médio, Marlene, e meu orientador, Fernando. Ambos, junto com muitos outros, contribuíram ao meu conhecimento de maneira sublime. Agracio também os professores da banca e meus colegas de curso.



*“A realidade é aquilo que, quando você para de acreditar, não desaparece”*

***Philip K. Dick***

SCHEFFER, Glaucya Abdalla. Brasil e China: a evolução do complexo soja entre 2014-2019. Comércio exterior, financiamento e investimentos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

### RESUMO

O presente trabalho se foca em identificar, explicar e analisar as relações econômicas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China na área do agronegócio, no período entre 2014 e 2019, por meio de uma pesquisa qualitativa, documental e descritiva baseada principalmente em bases de dados oficiais dos governos aqui citados, bem como autores como Arrighi e Robert W. Cox, e artigos ligados ao agronegócio entre os dois países. Primeiramente será exemplificado o período proposto pelo trabalho, inserindo uma contextualização das relações históricas entre China e Brasil, pautando também os efeitos do *boom das commodities*, da desaceleração chinesa e da guerra comercial EUA-China para as relações Brasil-China. Incluso serão analisados os governos brasileiros entre 2014-2018/19, e o papel do Estado e classes nas relações. Terceiramente, serão descritos e caracterizados os dados acerca do comércio exterior entre ambos países, pensando-se principalmente nas exportações brasileiras e em como elas influenciam toda a balança comercial do Brasil, ou seja, qual a participação do agronegócio na economia do país, bem como a proporção dos investimentos e financiamentos chineses no agronegócio brasileiro. O objetivo principal é compreender estas relações econômicas e políticas pensando principalmente no Brasil, tendo como ponto crucial do trabalho fornecer suporte analítico para promover uma boa administração econômica do país, contribuindo ao desenvolvimento nacional.

**Palavras-chave:** Relações Econômicas Sino-brasileiras. Agronegócio. Comércio Exterior.

SCHEFFER, Glaucya Abdalla. Brazil and China: the evolution of the soy complex between 2014-2019. Foreign trade, financing, and investments. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

### **ABSTRACT**

This academic work main to identify, explain and analyze the relations between the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China in the field of agribusiness, during 2014 and 2019, through a qualitative, documental, and descriptive search based mainly on official data from the governments aforesaid, as well as authors like Arrighi and Robert W. Cox, and articles related with the agribusiness between both countries. Firstly, it will exemplify the period proposed in the study, counting with the contextualization of the historical relations between China and Brazil, including also the effects of the commodity boom, the Chinese economic melting, and the trade war EUA-China for the relations Brazil-China. Along with it will be scrutinized the Brazilian governments of the period 2014-2018/19, the role of the state and classes within this relationship. Thirdly, it will be described and characterized the database regarding the external trade between both countries, thinking principally on the Brazilian exports and how this influence the whole commercial balance of Brazil, this is to say, which is the participation of the agribusiness within the country economy, just as the bulk of the Chinese investments and loans in the Brazilian agribusiness. The principal purpose is to comprehend the economic and political relations, focused mainly on Brazil, having the crucial point of this dissertation to bring analytical support to promote a satisfactory economic administration of the country, aiming the country development.

**Keywords:** Sino-Brazilian Economic Relations. Agribusiness. Foreign Trade.

SCHEFFER, Glaucya Abdalla. Brasil y China: la evolución del complejo soya entre 2014-2019. Comercio exterior, créditos , e inversiones. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

## **RESUMEN**

Este trabajo académico objetiva identificar, explicar y analizar las relaciones económicas del agronegocio entre la República Federal de Brasil y la República Popular China, entre 2014 y 2019, por medio de una investigación cualitativa, documental y descriptiva, basada sobre todo en bases de datos de los gobiernos, también en autores como Arrighi y Robert W. Cox, y artículos relacionados con el agronegocio. Primeramente, será explicado el período de estudio propuesto, realizando un contexto de las relaciones históricas Brasil-China, incluyendo los efectos del boom de las commodities, la ralentización económica china y el conflicto comercial EUA-China para las relaciones Brasil-China. Además, se examinarán los gobiernos brasileños del período 2014-2018/2019, y el papel de la clase y del Estado para la relación mencionada. A continuación, serán descriptos y caracterizados los datos sobre el comercio exterior de ambos países, enfatizando las exportaciones brasileñas y cómo estas influyen en la balanza comercial del país, es decir, cuál es la participación del agronegocio en la economía de Brasil, bien cómo en volumen de inversiones y créditos chinos en el agronegocio brasileño. Finalmente, el objetivo principal es comprender las relaciones políticas y económicas, enfocado en Brasil, teniendo cómo punto crucial proveer respaldo analítico para mejorar el desarrollo brasileño y contribuir al desarrollo nacional.

**Keywords:** Relaciones Económicas Chino-Brasileña. Agronegocio. Comercio exterior.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Exportação Brasileira do Complexo Soja no Mundo (Milhões Toneladas)....	41
<b>Gráfico 2</b> - Exportação de soja brasileira mesmo triturada para a China entre 2014 e 2018.....	44

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 e 2 -</b>	Quantidades (kg) e valores (US\$) exportadas pelo Brasil à China, 2014-2018.....	45
-----------------------	--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ABAG</b>	Associação Brasileira do Agronegócio
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CCIBC</b>	Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China
<b>CEBC</b>	Conselho Empresarial Brasil-China
<b>EALACF</b>	Fórum de Cooperação Ásia do Leste – América-Latina
<b>EAM(s)</b>	Empresas de Aldeias e Municípios
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FPA</b>	Frente Parlamentar da Agropecuária
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GATT</b>	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IED</b>	Investimento Externo Direto
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>NRS</b>	Nova Rota da Seda
<b>OBOR</b>	<i>One Belt One Road</i>
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda Constitucional
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PSL</b>	Partido Social Liberal
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RPC</b>	República Popular da China
<b>SI</b>	Sistema Internacional
<b>UNCTAD</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: <i>COMMODITIES</i> AGRÁRIAS E A DINÂMICA CAPITALISTA.....	15
2. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE BRASIL E CHINA.....	20
2.1. O <i>BOOM</i> DAS <i>COMMODITIES</i> OU “EFEITO CHINA” E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL.....	23
2.2. DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL.....	27
2.3. GUERRA COMERCIAL EUA-CHINA E DISPUTA HEGEMÔNICA: CONSEQUÊNCIAS AO BRASIL.....	30
3. EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS RELAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASIL-CHINA.....	34
4. COMÉRCIO EXTERIOR, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS DENTRO DO COMPLEXO SOJA.....	39
4.1. COMÉRCIO EXTERIOR: EXPORTAÇÕES AGROALIMENTÍCIAS DE ORIGEM VEGETAL (COMPLEXO SOJA) BRASILEIRAS À CHINA.....	39
4.2. INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa como se deram as relações econômicas dentro da comercialização de produtos agrícolas, em especial a soja, entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil no intervalo de 2014 até 2018/2019. Internamente esta delimitação cronológica marca um período de instabilidade política brasileira que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), e no governo liberalizante de Michel Temer (2016-2019), prosseguido por Jair Messias Bolsonaro, marcando rupturas de paradigma na política interna brasileira. Internacionalmente, a questão do desaceleramento da economia chinesa, datada já de 2010, e a disputa hegemônica EUA-China, marcada pela guerra comercial, aparecem como variáveis importantes da relação econômica Brasil-China.

Desse modo, ambos contextos interno e externo passam por desestabilizações, se tornando um período propício para avaliar-se a profundidade da conexão econômica e política de ambos países estudados, observando quantitativamente o resultado real desses distúrbios.

A hipótese central é que a desaceleração econômica chinesa, a guerra comercial EUA-China e as mudanças governamentais brasileiras não foram fortes o bastante para fragilizar a relação econômica entre ambos países - construídas concretamente com o *boom* das *commodities* e fortificadas pelo papel que a China vem assumindo nas relações internacionais - possuindo variações cabíveis para manter a estabilidade.

A justificativa da produção desta pesquisa reside no fato de que é inquestionável a importância chinesa para o Brasil, sendo o agronegócio um setor que está no foco destas relações por conta do grande mercado que é a China e do potencial exportador brasileiro deste tipo de mercadoria. Torna-se assim importante identificar, caracterizar, explicar e analisar os âmbitos desta relação visando fornecer suporte analítico para gerar políticas que possam incentivar ainda mais o desenvolvimento do país.

Além disso, este momento histórico marca uma turbulência no sistema internacional por conta da ascensão chinesa, a qual atualmente disputa a hegemonia deste sistema com os Estados Unidos da América, sendo a Guerra Comercial um marco desta disputa. Desse modo, analisar o comércio brasileiro com a China,

principalmente do agronegócio, se torna de grande importância para – além de buscar contribuir ao desenvolvimento brasileiro – compreender o impacto dessas relações globais para a economia e posição brasileira nas novas dinâmicas internacionais. O recorte do trabalho busca incluir distúrbios internacionais para assim compreender, de forma ampla, o sistema em que o agronegócio se insere.

O objetivo primordial é identificar quantitativamente as exportações brasileiras e o investimento e financiamento chinês no Brasil na área agrícola - em especial a soja - entre 2014-2019, para compreender o papel desse vínculo em meio a contextos e distúrbios nacionais e internacionais, a fim de garantir uma visão aprofundada sobre as relações político-econômicas sino-brasileiras.

A partir disso, surgem objetivos derivados como compreender o papel das mudanças governamentais brasileiras e da classe agrária para se vislumbrar a importância e profundidade desta relação econômica dentro da política nacional brasileira e sua inserção nas cadeias globais de valor do agronegócio. Ainda em vista disso, inserir esta relação dentro da dinâmica da economia mundial, com o marco da desaceleração econômica chinesa, pós *boom* das *commodities* e disputa hegemônica e como isso implica ao desenvolvimento brasileiro, para identificar as implicações disso ao relacionamento de ambos países.

Para realizar essa pesquisa, os três primeiros capítulos passam por uma pesquisa qualitativa e histórico-descritiva, utilizando-se de autores como Giovanni Arrighi, Robert Cox e Perry Anderson para compreender as relações internacionais, bem como Robert Putnam, Celso Furtado e Caio Prado Júnior para analisar o contexto interno de decisões políticas. Para a construção cronológica da política brasileira, acontecimentos externos e relacionamento com a China, utilizou-se autores como Rubens Ricupero.

O último capítulo passou por uma pesquisa quantitativa através de algumas bases de dados governamentais (AgroStat) e não governamentais, especializadas no comércio internacional agroalimentício brasileiro. Pesquisas ligadas ao Conselho Empresarial Brasil-China e à Fundação Getúlio Vargas também foram de grande suporte, além de sites de notícias sobre o agronegócio brasileiro, como AgroAnalysis, e a agência governamental chinesa *Xinhua*. O capítulo analisa esses dados à luz das considerações teóricas feitas nos capítulos anteriores.

Desse modo, a estrutura do trabalho é feita em quatro capítulos principais. O

primeiro capítulo consiste em uma breve passagem sobre as considerações teóricas utilizadas para compreender as relações sino-brasileiras, bem como entender o lugar da China na dinâmica atual das relações internacionais. Neste capítulo também é esclarecido a definição de *commodities* agrárias usadas ao decorrer do trabalho, justificando também o foco dado à soja. No segundo capítulo é feita uma análise histórico-descritiva sobre a cronologia das relações entre ambos países, inserindo alguns contextos internacionais, como o *boom* das *commodities*, a desaceleração econômica chinesa e a guerra comercial entre Estados Unidos e China, analisando o papel destes em interferir no desenvolvimento do vínculo entre China e Brasil.

O terceiro capítulo trata da evolução política brasileira e em que medida a realidade interna do país interferiu e gerou consequências para essa relação. Por fim, no último capítulo é feita uma pesquisa quantitativa e qualitativa sobre a balança comercial no setor de interesse deste trabalho - a soja e outras *commodities* agrícolas - ademais dos investimentos e financiamentos nesta área, com o objetivo de validar a hipótese apresentada, bem como compreender questões implícitas nesta troca econômica.

Nesta pesquisa houve-se dificuldade com a coleta de dados, bem como questões relacionadas ao isolamento provocado pela pandemia iniciada no início de 2020. Primeiramente, a busca de dados sobre o financiamento chinês no agronegócio brasileiro foi precária, o que pode ser justificado pela baixa deste tipo de atividade financeira ou pela maior dificuldade em acessar dados referentes a agências de banco privadas. Por segundo, o afastamento dos alunos do ambiente universitário dificultou o aprofundamento da pesquisa, reduzindo o contato com os professores e eventos, além de ser um fator de grande ansiedade e dúvidas.

## 1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: *COMMODITIES* AGRÁRIAS E A DINÂMICA CAPITALISTA

Primeiramente, a delimitação de *commodities* neste trabalho se dá dentro da esfera dos produtos agrícolas, a qual ainda está priorizando produtos vegetais. Essa definição ocorre, pois, a análise aqui se foca no produto mais vendido pelo Brasil atualmente, tendo ultrapassado os Estados Unidos como maior exportador, a soja. Nesse grupo ainda existem produtos como o café, milho, arroz, frutas tropicais e cereais, dos quais serão analisados apenas como forma de entender a profundidade da inserção e mercado do complexo soja ao Brasil. O complexo da soja inclui não só a soja em grão, mas também o farelo e o óleo de soja, que fazem parte do agronegócio brasileiro.

Agronegócio é uma tradução de Agribusiness, conceito criado em 1957 pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, o qual

(...) pode ser compreendido como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção na unidade de produção, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos por meio deles (II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EM CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO, 2016, apud DAVIS; GOLDBERG, 1957).

Desse modo, a agroindústria é um recorte que abrange não só a produção agropecuária (carnes e grãos), mas também a complexa rede de ações que cerceiam este mercado, como a rede de produção e venda de insumos e maquinários e até mesmo a comercialização e sistema financeiro (ROMERO, 2013, p. 19). Para fins didáticos, a soja e seus derivados do complexo soja serão definidos como produtos alimentícios derivados de atividades agropecuárias.

Segundamente, ao pensar nessas dinâmicas globais de poder, entende-se a China como uma potência global (WIMER; HELLMUND, 2020, p. 2665), ou seja, possui tanto características de uma potência com meios de confrontar economicamente e diplomaticamente a atual superpotência (Estados Unidos da América) – a qual possui essa denominação por atravessar o campo econômico e diplomático e influenciar ativamente com sua própria cultura as sociedades que possui

relações – ao mesmo tempo em que é um país em desenvolvimento, que buscará crescer exponencialmente até 2050 onde atingirá o objetivo primordial de sua política de longo prazo, que é o retorno a sua magnitude anterior às invasões e constrangimentos imperialistas (ROSALES, 2020). Pensando nesse *status* chinês, suas relações econômicas e diplomáticas com a América Latina se baseiam na necessidade de matérias primas, principalmente hidrocarburos (LEE, 2013, p. 83), mercados e alimentos, os quais seriam fatores fundamentais para manter o crescimento do país.

Entende-se que se iniciou um processo onde os Estados Unidos passaram a perder hegemonia, o que possibilitou a ascensão de outros países a um *status* de maior importância no sistema internacional. Esses países que ascenderam a essa possibilidade se encontram em um processo de progressivo desenvolvimento de suas economias, conseguindo ir além de seu espaço geográfico ao estabelecer relações econômicas e diplomáticas que habilitam relações mais próximas e de interdependência desses países com outros antes alinhados automaticamente a superpotência (EUA). Desses países em desenvolvimento, a China é a potência emergente de maior impacto nas relações de poder do sistema internacional, principalmente porque o peso de sua economia mundialmente cria um ambiente propício a aumentar os vínculos políticos (WIMER; HELLMUND, 2020, p. 2659-2665).

A liderança no sistema internacional deve ser compreendida quanto aos aspectos coletivos de poder que geram resultados positivos, desse modo, a crise seria quando o Estado dominante responsável por liderar esse poder carece de vontade ou meios para continuar conduzindo esse sistema de Estados em um propósito final coerente (ARRIGHI, 2008, p. 160). Nesse sentido, anteriormente, os EUA possuíam três formas de poder que asseguravam sua hegemonia: força militar, interdependência econômica e o capital cultural estadunidense (ANDERSON, 2015, p. 148). Ou seja, a dominância no sistema internacional é pautada por uma legitimidade virtual, tanto moral quanto política e social, o que, segundo Cox (1995), significa o papel das capacidades materiais, ideias e instituições em juntas manter essa ordem mundial, o que é um conceito de hegemonia de matriz gramsciana. Os EUA possuíam os três, além disso, o país se pautava em uma política interna que se mistura com a externa, sendo necessidade deste povo levar suas conquistas ao exterior, o problema era que “não era a democracia liberal que deveria ser o padrão

para a aceitação como parte interessada na ordem global que estava por vir, mas a ‘governança responsável’, desfrutando de legitimidade para aos padrões locais” (ANDERSON, 2015, p. 161).

Segundo Giovanni Arrighi e Perry Anderson, o governo Bush e a Guerra ao Terror marcam a perda de credibilidade norte-americana tanto militarmente como em relação a sua moeda, sendo que, “entre 2001 e 2004, a China foi responsável por um terço do aumento total do volume mundial de importações” (ARRIGHI, 2008, p. 216), bem como passou a fazer vários acordos econômicos de liberalização multilaterais o que já demonstrava a mudança no poder geopolítico (*Idem ibidem*, p. 218), o que em 2009 convertia a China no primeiro exportador do mundo e segundo importador, posições mantidas ininterruptas até a atualidade (WIMER; HELLMUND, 2020, p. 2668). Dessa forma, a virada conservadora estadunidense e a guerra ao terror marcam a entrada mais que econômica da China, mas também a perda de legitimidade interna e externa do governo dos EUA, o que trouxe a China a outro patamar quando esta brecha forneceu espaço para instituições com características de política externa do país asiático, o que poderia ser esboçado pelo “Consenso de Pequim” o qual é atraente ao Sul Global por se ajustar às realidades locais, além de defender o multilateralismo (ARRIGHI, 2008, p. 383).

Com essa ascensão econômica e com a abertura de algumas instituições fora dos termos estadunidenses – pode-se citar o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS – a China vem ascendendo, todavia, este processo é longo (de queda e ascensão de novas potências), processo que os EUA tiveram para sua concretização a facilidade de ser apadrinhado da ex potência Grã-Bretanha (ANDERSON, 2015, p. 149). Nesse sentido, a China atua como uma quebra de paradoxo, onde além de não ser uma democracia liberal, não aspira interferir na política interna dos outros países, o que coloca em questão até que ponto o país se tornaria um *hegemón* como os Estados Unidos. Vale ressaltar que, a falta de intervenção política não desconsidera as econômicas (ORTEGA; SAAVEDRA; ESQUIROZ, 2019, p. 13).

Enquanto isso, internamente no Brasil, está hegemonia chinesa é experimentada pela preponderância do país dentro da malha exportadora e financeira brasileira, em especial na área do agronegócio. Essa forma de inserção chinesa ainda está muito abaixo das delimitações *coxianas* de hegemonia citadas anteriormente. A transferência desse conceito para as relações internacionais se dá pela ideia de que

Sucessivos Estados dominantes têm criado e moldado ordens mundiais da forma mais conveniente aos seus interesses, graças às suas capacidades de coerção, bem como ao consentimento generalizado provocado, mesmo entre aqueles que não (ou pouco) se beneficiam (SILVA, 2005, p. 266).

Desse modo, Estados dominantes possuindo legitimidade virtual sob o sistema internacional, viabilizam até mesmo Estados mais fracos a lutarem por seus objetivos pela simples capacidade de este outro exercer uma legitimidade moral, política e social. Cox (1995), atribui que capacidades materiais, ideias e instituições trabalham juntos para manter essa ordem mundial. Segundo M. Silva, a esfera econômica inclui também o potencial tecnológico e organizacional, a esfera ideológica cria imagens coletivas de ordem social, ou seja, “significados intersubjetivos que afetam a conservação de hábitos e subsidiam expectativas quanto ao comportamento social” (SILVA, 2005, p. 266), e, por fim, as instituições representam a materialidade do poder desta ordem vigente e “refletem, por conseguinte, uma combinação específica de ideias e poder material, entretanto, podem também transcender a ordem original e influenciar o desenvolvimento de novas ideias e capacidades materiais” (*idem ibidem*, p. 267).

Ou seja, a ainda falta de instituições que expandem intervenções políticas e sociais chinesas pelo mundo marca sua hegemonia como uma situação ainda preponderantemente econômica, o que, levando-se em consideração as formas de inserção internacional chinesas firmadas em não intervenção e “Emergência Pacífica” (termo cunhado por Hu Jintao), não explicitam vontade chinesa em ser um fim ideológico a ser seguido por outros países. Por conta disso, as iniciativas como a Nova Rota da Seda, se dão em cunha voltado ao progresso próprio, sendo meios estratégicos para a obtenção de recursos para o Estado chinês para manter seu crescimento que visa o seu retorno ao centro do mundo até 2050 (ROSALES, 2020).

Mesmo não sendo considerada ainda uma hegemonia plena nos conceitos utilizados, a China está procurando se inserir ao modo de poder se tornar um dos países que fazem as regras do Sistema Internacional (SI), o que se identifica com a proposta *Made In China 2025* de Xi Jinping. Com isso, a China

(...) mudaria a lógica da economia política internacional ao procurar transformar o país em uma potência tecnológica, com uma manufatura de qualidade e inovadora. Aqui reside uma das principais preocupações Estadunidenses, pois, segundo o autor, o século XXI seria marcado pela reconfiguração da economia mundial, com mudanças climáticas e tecnológicas, onde quem dominaria o SI seria quem dominasse a inovação e

tecnologias disruptivas (a disputa tecnológica é enfocada no capítulo onze). (ABDALLA SCHEFFER, 2020, p. 211)

O Brasil sendo um parceiro histórico comercial e político dos EUA ainda, como qualquer outro país, possui dificuldade em compreender a lógica dessa dinâmica global e observar as movimentações chinesas em busca de recursos a longo prazo, bem por conta desse desfalque chinês em necessidade de impor decisões políticas a outros países. Se vê assim entrada concisa chinesa na economia brasileira, país de grandes proporções territoriais, de clima propenso a produção e grandes riquezas naturais, bem como um importante ator na dinâmica dos países sul-americanos, em especial os pertencentes ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), entrada que, mesmo não demonstrando ações políticas, está inserida na política interna chinesa estratégica de crescimento. Ou seja, ao mesmo passo que não se vê substituição do *hegemon* ideologicamente em um primeiro momento, as ações não devem ser lidas de forma inocente sem serem aplicadas contextualizações profundas da ideia central chinesa sobre seu lugar no mundo.

Dentro do Brasil, as relações de classes no sentido de dominação ideológica e econômica atuam também nessas relações. Essa conceitualização será melhor exposta no capítulo referente aos governos (2014-2018/19) trabalhados aqui, porém é importante já expor que o conceito de *hegemonia* de Gramsci da Teoria Crítica da Relações Internacionais (RI) será utilizado ao compreender o papel dessa classe como um dos principais formadores de políticas nacionais e também voltadas aos interesses desses no exterior. Ao se afirmar o nível que esse grupo é inserido no país, o conceito de *Jogo de Dois Níveis* de Putnam (2010) vem trazer considerações de como esse grupo atua junto ao governo e outras classes para suas ambições serem garantidas no nível internacional.



## 2. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE BRASIL E CHINA

O primeiro tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China se deu em 1880, entre os dois impérios, intitulado “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China” (que levou à abertura de um consulado brasileiro em Shanghai) (OLIVEIRA, 2010), porém setenta anos antes, ainda colônia portuguesa, o Brasil já tinha relações com o império asiático tendo em 1808 recebido imigrantes chineses com a intenção de alterar a dependência de escravos negros providos pela Grã-Bretanha (BREGOLAT, 2007, p. 127) mas as relações diplomáticas são marcadas de 1974 (governo Geisel), sendo um período de desenvolvimento econômico brasileiro e de volta chinesa na comunidade internacional (OLIVEIRA, 2010).

Em meio a Revolução de 1949 e alinhamento ideológico aos EUA, o Brasil reconheceu em 1952 o governo de Taiwan como a verdadeira China, posição relativizada com o governo de Jânio Quadros e a “política externa independente”, mas com sua queda em 1964 e o estabelecimento do governo militar se concretiza linhas de ação como “eliminar o perigo comunista”, política que culminou em prisões de chineses em território nacional (DICK, 2006, p. 31). A aproximação com a RPC é marcada a partir da metade da década de 1960, sendo estabelecidas apenas 25 anos depois de sua ruptura, após a vinda de uma missão chinesa em 7 de agosto de 1974 ao Brasil, ainda sobre governo militar, especificamente o Governo de Ernesto Geisel, sendo assinado por Azeredo da Silveira e Chen Jie o comunicado de estabelecimento de relações diplomáticas e reconhecendo “a RPC como única e legítima representante do povo chinês” bem como reconhecendo Taiwan como território inalienavelmente chinês e assentindo “em basear as relações entre os países nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” (DICK, 2006, p. 32). Em decorrência dessa aproximação, apesar das grandes disparidades entre seus sistemas políticos, se viu a oportunidade de ambos países explorarem juntos alguns interesses convergentes. Entre esses estavam a determinação de ambos em assegurar sua autonomia perante o Sistema Internacional, assim como soberania e integridade territorial, além de compartilharem críticas à diplomacia de direitos humanos dos EUA, e afinidade em relação à cooperação Sul-Sul, opondo-se ao protecionismo por parte dos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2004).

Saindo do âmbito diplomático e político, a primeira aproximação comercial foi promovida pelo então vice-presidente brasileiro João Goulart, que iniciou uma missão comercial em Pequim no ano de 1961, seguida por uma Missão Comercial por parte da China no Brasil, interrompida pelo governo militar de 1964. Dessa forma, ambas aproximações podem ser consideradas precoces e de baixa potencialidade (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, a década de 1970 foi um momento de crescimento econômico brasileiro, o que despertou um interesse por novos parceiros comerciais, e é quando ocorre a primeira venda de açúcar brasileiro para o Estado chinês. Já com o fim da Guerra Fria, período de grande mudança e reorganização ao redor do mundo, o Brasil sob o governo de Itamar Franco toma como prioridade a aproximação com a Ásia, nos setores de importação e exportação, tal qual na cooperação científica-tecnológica. A partir desse momento, todos os governos que sucederam a Itamar mostram grande interesse no continente asiático, mas ao contrário de outras épocas, ampliam suas ações de cooperação para além de Brasil-Japão.

Após a década perdida de 1980, onde houve desaceleramento substancial do crescimento latino-americano derivado dos choques do petróleo, crise da dívida, evaporação de financiamento externo e deterioração dos termos de comércio (RICUPERO, 2017 p. 545), o mercado brasileiro começa a ter maior participação a nível internacional (1990) com a Política Industrial e de Comércio Exterior do governo Collor, a qual incentivava a exportação de produtos brasileiros e liberava a importação. Essa política se insere no momento histórico do colapso do comunismo e do fim da Guerra Fria, onde se vê os pilares neoliberais se instalarem na América Latina de forma mais preponderante ao ser ceifada a bipolaridade internacional, sendo o “Consenso de Washington” a única e exclusiva política econômica a ser adotada, ou seja, Collor jogou “a carta do neoliberalismo e do “fim da História” (RICUPERO, 2017, p. 552). Mesmo tendo um governo marcado pelo escândalo do confisco da poupança e dos ativos da população e por terminar em *impeachment*, a liberalização comercial sobreviveu ao fim do seu governo.

No governo seguinte, se vê as negociações da Rodada Uruguai do GATT, com adoção da Ata Final de Marrakesh (1994) as quais buscavam diminuir ou eliminar tarifas e barreiras não tarifárias, tendo sido assinados acordos em temas de serviços, propriedade intelectual e investimentos (RICUPERO, 2017, p. 567), além de acordos *antidumping*. Em relação específica a Ata Final, a questão dos produtos agrícolas foi

chave da discussão, pensando-se na nação mais favorecida como base para as reduções tarifárias, bem como os subsídios internos que sabotavam a competitividade (LAMPREIA, 1995, p. 251). Em continuação, a diplomacia no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) “acentuou durante esse período sua ativa militância em prol da liberalização do comércio mundial de produtos agrícolas” (RICUPERO, 2017, p.586), sendo a gestão Lafer do Itamaraty “o setor responsável pela condução dos processos contra os subsídios ao algodão dos Estados Unidos e ao açúcar da União Europeia” (*Idem Ibidem*, p. 587), tendo o Brasil operado de forma multilateral, estando em consonância com a liberalização e a globalização, de forma autônoma e em prol dos interesses brasileiros, marcando uma política externa consciente (*Idem Ibidem*, p. 587). Assim chega-se aos governos Lula (2003-2010), marcado entre 2003 e 2008 pela expansão da economia mundial, que aumentou o PIB brasileiro entre 2003 e 2004 de 1,2% para 5,7% por conta do *boom* das *commodities* (*Idem Ibidem*, p. 603) e fortaleceu as economias emergentes, mas que ao mesmo tempo enfraqueceu a indústria nacional (*Idem Ibidem*, p. 607).

Em suma, desde 1990 as relações entre Brasil e Ásia no geral continuaram a evoluir, mas sofreram certa desaceleração devido à crise asiática, que coincide também com uma crise brasileira. No final da década, institui-se o Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (EALACF), onde Brasil e China fazem parte. O primeiro objetivo seria gerar condições favoráveis para ampliar e aprofundar as relações bilaterais em cooperação econômica e social (por exemplo, comércio de bens e serviços, promoção de investimentos, transferência de tecnologia) e o intercâmbio de visões sobre estratégias de desenvolvimento e comércio, educação, formação de capital humano, criação de empregos e desenvolvimento social. O segundo objetivo seria definir, conjuntamente e gradualmente, um programa permanente de trabalho que incluísse projetos e ações concretos e viáveis, bem como estabelecesse mecanismos formais para diálogo e consulta entre as duas regiões.

No início dos anos 2000, o volume de exportações brasileiras para a China só perdia para o Japão, no entanto, em 2002 a China se tornou o maior importador asiático de produtos brasileiros, além disso, o interesse entre empresas de ambos começa a aumentar e novas parcerias entram em vigor, com tendência ao aumento e estreitamento das relações, assim como ampliação da cooperação para diversos outros setores, inclusive o agronegócio. Portanto, as relações econômicas entre China

e Brasil se fortaleceram em meados de 2002-2003 quando o Brasil passou por uma fase de expansão de seu agronegócio provindo do crescimento elevado Chinês por sua plena incorporação no mercado internacional que, além de necessitar mais materiais para suas indústrias, precisava alimentar uma população cada vez mais urbana onde o crescimento e a abertura comercial eram “desfavoráveis à economia agrícola de pequena escala” (FARES, 2017), dessa forma houve a valorização das *commodities*, principal mercadoria brasileira, conhecido como *boom das commodities* ou “efeito China”.

Desse modo, houve uma fortificação das relações Brasil-China durante um período em que a China crescia exorbitantemente. A partir de 2010 começou-se a notar um retardo destes fatores, porém, as relações bilaterais de comércio e os investimentos chineses continuaram a fazer parte da realidade brasileira e atualmente a China é o principal parceiro comercial brasileiro e, até 2018, o maior investidor estrangeiro, tendo em 2019 mais de 200 empresas chinesas no Brasil (CEBC, 2019).

Nesta cronologia histórica sem precedentes, em 2009 a China passou a ser o maior parceiro comercial brasileiro, deslocando os Estados Unidos da posição que ocupava desde 1870, atingindo o cume em 2013 com uma taxa de exportação de 46%, sendo a soja o produto de maior destaque (RICUPERO, 2017, p. 641, 642, 643), bem como o Brasil se tornou o país a mais receber investimento externo direto da China (ESCHER, 2020, p. 30), mas com maior tendência em mercados como o de petróleo e energia elétrica (RICUPERO, 2017, p. 643). Para concluir, em 2014 ocorreu uma queda nas relações comerciais destes países, mesmo ano em que o governo Dilma Rousseff começa a se dissolver e a economia chinesa desacelerar, ou seja, conjunturas complexas e convergentes agindo dentro de uma relação bilateral.

### **2.1.O BOOM DAS COMMODITIES OU “EFEITO CHINA” E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL**

O *boom* ou “efeito China” (2000/2014) foi provocado por conta do elevado crescimento chinês que demandava maiores fontes de energia, como o petróleo que se encontrava em altas quantidades no recém descoberto pré-sal, além da soja e minérios de ferro, ou seja, produtos do setor primário-extrativista que sustentassem a

dinâmica chinesa em seu rumo a ser a fábrica do mundo (RICUPERO, 2017, p. 604) (SLIPAK, 2014, p. 103). De acordo com Fabiano Escher (2020) “esse boom é devido ao enorme aumento da demanda chinesa e a conseqüente elevação dos preços, e é a contraparte brasileira à reestruturação da indústria de carnes na China para a formação do “complexo soja-carne” (p. 190). Esses desdobramentos reforçaram as relações comerciais entre Brasil e China desde a década de 1990, tendo se fortificado em meados de 2002-2003, bem como em toda a América Latina, o que desde 2009-2010 também contribuiu para o aumento do investimento externo direto na região (SLIPAK, 2014, p. 103). Desse modo, como afirma Rubens Ricupero,

Os chineses, que já se haviam transformado no principal mercado para os exportadores de matérias-primas, influíram de maneira positiva, ao acelerar o aumento de demanda e de preços das *commodities*, em especial dos metais (cobre, em primeiro lugar), a melhoria dos termos de troca, os saldos comerciais e/ou de contracorrente para exportadores do continente como o Chile, Peru, a Argentina e o Brasil. [...] [porém] Boa parte do aumento da demanda induzida no Brasil pela política governamental de facilitação de crédito acabaria capturada pelos produtos chineses, deixando a indústria nacional cada vez mais frágil e incapaz de competir no próprio mercado doméstico. (2017, p. 605)

Esse incremento derivado da crescente troca comercial e fluxos de capitais aumenta a interdependência dos países, e a participação da China ativamente nessa dinâmica data de um período relativamente próximo. Desse modo, houvesse uma expansão da economia mundial (2003-2008) que beneficiou muitos países vendedores de *commodities*, que se seguiu à crise de 2008, com a quebra do *Lehman Brothers* e o conseqüente enfraquecimento das economias ocidentais, o que gerou um vácuo de liderança da América Latina, a ascensão do G-20 como grupo de importância econômica global e “relativo fortalecimento das economias emergentes” (RICUPERO, 2017, p. 607). Portanto,

*Hacia el año 2000, China no ocupaba un lugar privilegiado como destino de exportaciones u origen de importaciones de los países de la región. Para 2012, China representa, en casi la totalidad de los casos –con excepción de El Salvador–, uno de los tres principales proveedores de los países en cuestión. En cuanto a la creciente relevancia de China como destino de exportaciones, se verifica que la intensificación de los flujos comerciales se experimenta mayoritariamente para los países del Cono Sur, entre los que se destacan Brasil, Chile, Perú, Uruguay, Venezuela, Colombia y Argentina. (SLIPAK, 2014, p.108)*

As raízes desse crescimento surpreendente residem na história econômica e política chinesa. A China passa a ser inserida na rede internacional de comércio a

partir de 1978 com as reformas promovidas por Deng Xiaoping. De acordo com Giovanni Arrighi (2008), essas reformas foram caracterizadas pelo gradualismo da inserção do país à economia de mercado e da ação estatal para alterar a divisão social do trabalho, combinado com expansão da educação, foco no interesse nacional, forçando capitalistas a competirem entre si, o que despenca os preços, faz com que a busca por mercados externos seja impulsionada, bem como a procura por melhorias na produtividade, o que traz novos investimentos e cria um ambiente propício à melhoria de vida dos trabalhadores chineses e um crescimento econômico interno que se internacionaliza, surgindo a atual segunda maior economia, rumo a ser a primeira (p. 365, 366).

Cabe ressaltar o papel da reforma agrária como impulsionador primário deste processo ao serem criadas Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) de propriedade coletiva que absorveram mão de obra rural excedente e criou renda, aumentando a competição entre estas, onde ao serem reinvestidos os lucros “as EAMs expandiram o mercado interno e criaram condições para que houvesse novas rodadas de investimentos, criação de empregos e divisão de trabalho” (ARRIGHI, p. 368, 369). A partir dessas novas organizações econômicas, possuindo contribuição das conquistas sociais maoístas e das tradições chinesas (confucionismo), em 1980 a China passou a ter melhorias substantivas em sua renda *per capita* (ARRIGHI, p. 372, 374, 375), sendo 1990 a década do início do avanço econômico colossal do país e já em 2001 ingressando na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ao serem analisados os números do progresso asiático, em especial o chinês, vê-se que a Ásia foi a região mais beneficiada pela globalização neoliberal (ESCHER, 2020, p. 102), pois enquanto os países latino-americanos (México, Brasil e Argentina) viveram a “crise da dívida” e adotaram programas estabelecidos pelo FMI, Banco Mundial e o Tesouro americano (*idem ibidem*, p. 101, 102), a China optou por se inserir lentamente e gradualmente ao mercado financeiro internacional, tendo suas estruturas macroeconômicas fundamentais mantidas, como o desenvolvimento a longo prazo, sem altos índices de hiperinflação nem seus déficits fiscais (RICUPERO, 2019, p. 548), o que corroborou para este país tirar vantagens da desregulamentação financeira enquanto mantinha seu foco no “Sonho Chinês”. Este sonho seria, segundo Osvaldo Rosales, a volta da China ao centro da civilização e das relações econômicas mundiais, tal como anteriormente ao século XV. Esta época de relevância chinesa foi

substituída pelo Século da Humilhação (1839-1949), o qual faz referência ao momento do neocolonialismo, com as Guerras do Ópio (1841-1861), invasões, ocupações, além de revoltas internas. Este século termina com o nascimento da República Popular da China. A partir deste momento até um século depois, 1949-2050, seria o momento em que o País do Meio (Zhōng guó 中国) demoraria para retornar a este posto, ou seja, a regularidade histórica.

Entre 2000 e 2010, o crescimento chinês foi 10 vezes mais rápido que o dos Estados Unidos, o PIB passou de 1,1 trilhão para 5,88 trilhões, enquanto o da potência americana saltou de 10 trilhões para 14,6 trilhões (SHEN DINGLI, 2013). O PIB chinês entre 1980 e 2010 cresceu a taxas de 10% ao ano, havendo redução em 2011 e desde então decrescendo, sendo a taxa de crescimento do PIB de 2014 7,3%, em 2015 6,9%, em 2016 6,8%, em 2017 6,9%, em 2018 6,7% e em 2019 crescendo apenas de 6,1% ao ano. Em relação a participação do PIB chinês, baseado por seu poder de compra, no mundo, entre 1990 este era de 4,3%, passando em 2000 para 7,9%, em 2010 13,72%, tendo passado pela crise de 2008 sem impactos profundos, marcando entre 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente, 15,8%, 16,09%, 16,22%, 16,31%, 16,83% e 17,39% (IMF, 2020).

Outro dado importante é o crescimento populacional chinês e seu êxodo aos grandes centros pois a venda de *commodities* agrícolas, em especial a soja, ao país asiático, tem ligação direta com o fato de desde a abertura econômica (1978) até 2019, essa população ter passado de 962,590 milhões para 1,4 bilhões de pessoas, sendo que em 1978 mais de 82% destes vivia no campo, o que em 2019 passou para 46% (IMF, 2020), o que, mesmo ainda sendo um valor elevado, com a expansão da urbanização, o crescimento populacional – que promete bater a marca de 1,5 bilhões de pessoas até 2030 – e o aumento da renda, fatos que geraram alteração na dinâmica alimentar chinesa, mantém a China como um grande consumidor de produtos agrícolas, o que em 2050 pode chegar à demanda de 700 milhões de toneladas (FGV, 2017, p. 37) (o que ocorre principalmente devido à necessidade de produção de carnes internamente na China). Ou seja, além do aumento da compra, a China que antes possuía uma produção agrícola favorável, passou a regredir ou estagnar a mesma, o que criou um mercado enorme e em expansão para países como Brasil que se inseriram na comercialização da soja na década de 1970 (GAZZONI & DALL'AGNOL, 2018).

Dessa forma, como afirma Fares (2017),

O acelerado crescimento econômico das últimas décadas fez com que a China se tornasse uma das principais demandantes de recursos naturais do planeta. O novo ciclo de expansão do país, baseado nos investimentos na indústria pesada e na infraestrutura, trouxe a necessidade de se garantir acesso à fontes de recursos naturais para além de suas fronteiras. Esta foi a forma que encontraram de suprir as restrições estruturais da economia, com destaque para o fornecimento de energia e minerais. (FARES, 2017).

Portanto, a inserção da agroindústria brasileira e do país em si como um *player* global nesta área teve relação com várias dinâmicas externas, que também incluem melhorias que revolucionaram a globalização em si, como infraestrutura, telecomunicação, diminuição das discriminações do comércio –tanto tarifárias como não tarifárias –e o grau de internacionalização das empresas, além da inserção da China como uma das maiores economias do mundo (FGV, 2017), fato que possui maior destaque pelo seu peso não apenas econômico, mas de potência emergente que desafia a hegemonia global e torna assim o *boom* das *commodities* um momento histórico internacional que atua diretamente na política econômica brasileira e de vários outros países que comercializam estes tipos de produtos primário exportadores.

## **2.2. DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA CHINESA E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL**

A partir de 2010 o crescimento chinês declinou para uma taxa de 7% ao ano. Ao se deparar com isso, uma leitura superficial acarretaria o pensamento de que a economia chinesa está em crise ou estagnando, porém, em realidade, ela está se estabilizando a taxas sustentáveis e seguras de crescimento anual, se encaminhando para um “novo normal” (MANZI; VIOLA, 2020, p. 8, 9).

Os autores Manzi e Viola (2020) destacam alguns fatores que explicam a diminuição do crescimento e também demonstram que essa mudança é uma perspectiva de longo prazo. Dentre estes fatores está a alteração no “bônus demográfico” chinês, o qual corresponde a faixa etária de idade produtiva dentro dos países, que na China está se esvaindo desde 2010, tanto pela chegada da velhice, como pela política de um só filho de 1979. Além da transição etária, a transição da mão-de-obra das áreas rurais para urbanas é outro fator. Isso se deve ao fato de que



inicialmente o aumento da produtividade foi intenso devido a não necessidade de especialidade nas áreas de serviço, o que vai gradualmente sendo alterado principalmente após 2000, quando os salários passam a melhorar e a qualidade dos trabalhadores não mais derivados do campo, também porque esta sociedade passa a reivindicar consumo na área de serviço (MANZI; VIOLA, 2020, p. 9, 10). Além disso, a China também já é um país de renda média o que acarreta redução na produtividade, ou seja,

(...) ao atingir o nível de renda média, o crescimento da produtividade passa a depender cada vez mais do desenvolvimento de novas tecnologias que são mais dispendiosas devido à necessidade de maiores investimentos em educação ou mesmo em Pesquisa & Desenvolvimento. (MANZI; VIOLA, 2020, p. 11).

Ademais dos fatores que explicam a diminuição do crescimento, uma variante que demonstra que essa redução das taxas não é necessariamente uma crise é o fato de o aumento da renda ser muito superior aos anos que a taxa de crescimento era de 10% e, assim, a contribuição chinesa ao crescimento da economia mundial se torna mais significativo (MANZI; VIOLA, 2020, p. 12). Por fim, esse retardo é derivado de uma tendência global, onde a crise de 2008 reduziu a expansão econômica mundial a 3,3% entre 2009 e 2018, crise que a China conseguiu amenizar internamente com “políticas fiscais expansionistas e afrouxamento monetário” (*Idem ibidem*, 2020, p. 21) onde,

Ao canalizar a redução da demanda externa para a realização de investimentos domésticos, a economia chinesa conseguiu manter os níveis de demanda suficientes para permitir uma expansão do crescimento do PIB a taxas próximas dos parâmetros do “novo normal”. (MANZI; VIOLA, 2020, p. 21).

Em meio a isso, o governo chinês manteve-se alerta e avaliou a necessidade de mudar sua política de crescimento, “equalizando os desequilíbrios macroeconômicos” (MANZI, VIOLA, 2020, p. 21). A partir disso Xi Jinping, alterou a estratégia de crescimento, colocando o setor de serviços e o desenvolvimento tecnológico em primeiro lugar, aumentando a projeção internacional, bem como diminuindo as dívidas e bolhas imobiliárias, alterando a lógica da renda média e “imposto demográfico”, melhorando a distribuição e poluição, mudando a matriz energética do país (ROSALES, 2020), “combinando eficiência econômica e desenvolvimento tecnológico como condições imprescindíveis para a continuidade do processo de convergência de renda com o mundo desenvolvido” (MANZI, VIOLA,

2020, p. 22). Com a proposta *Made In China 2025*, Xi procura tornar a China um dos países que fazem as regras do Sistema Internacional, não apenas as seguem, desse modo, mudaria a lógica da economia política internacional ao procurar transformar o país em uma potência tecnológica, com uma manufatura de qualidade e inovadora (ROSALES, 2020).

Mesmo com a desaceleração econômica chinesa, sua presença ainda é confirmada no Brasil e no mundo, principalmente porque sua complexidade já é intrínseca à lógica mundial de comércio e nas Cadeias Globais de Valor. Além disso, a Segurança Alimentar é um objetivo confirmado pelo país, como demonstra seu Plano Nacional de Médio e Longo Prazo para a Segurança Alimentar (2008-2020), o qual possui problemas internos para tal se concretizar como: disponibilidade de terras aráveis, disponibilidade de recursos hídricos, a força de trabalho do campo e a produtividade, que se encontram cada vez mais em processo de êxodo (FGV, 2017), levando o país asiático a terceirizar e internacionalizar sua demanda.

A população chinesa já é a maior do mundo e estima-se uma caída deste crescimento apenas em 2030 quando já estará na cifra de 1,5 bilhões de pessoas (FGV, 2017), o que é acompanhado pelo êxodo já mencionado, o que se torna uma oportunidade tanto para o IED brasileiro no país, quanto para a continuação de exportação de grandes quantidades de *commodities* que não possuem produção vantajosa no território chinês.

Em suma, o padrão de comércio agrícola da China é coerente com sua vantagem comparativa e dotação de recursos. Após a entrada na OMC, esse padrão foi reforçado, em um sinal de que a China está se aproximando ainda mais da sua vantagem comparativa no agronegócio com o resto do mundo. (FGV, 2017).

Vale ressaltar que “após a adesão da China à OMC em 2001, o Estado liberalizou seletivamente alguns grãos e oleaginosas, basicamente pelo seu papel na indústria das carnes” (ESCHER, 2020, p. 171)

Portanto, além do crescimento populacional que altera os padrões demográficos chineses, gerando maior urbanização, a demanda do país asiático também é provocada pela melhora na renda per capita das famílias o que cria uma nova classe média, gerando uma crescente busca por melhores formas de se alimentar, entendendo que isso é um notável marcador de nível social. Essa relação de fatores alteram os hábitos alimentares chineses, havendo maior busca por carnes

principalmente nas áreas urbanas onde se concentram as classes mais favorecidas do crescimento econômico do país. Ademais, há escassez de água, terra e mão de obra no campo, o que encarece a produção de grãos frente à países como o Brasil que possuem vantagem comparativa nesta área dentro do mercado mundial. Esses fatos se relacionam quando a China procura aumentar sua produção de carne para esse novo padrão alimentício, sendo este o agente que impulsiona “as crescentes importações de soja como matéria-prima para a fabricação de ração” (ESCHER, 2020, p.166-169).

### **2.3. GUERRA COMERCIAL EUA-CHINA E DISPUTA HEGEMÔNICA: CONSEQUÊNCIAS AO BRASIL**

Não há como continuar sem antes apresentar outra variável que influenciou as exportações de soja brasileiras à China. A partir de 2016, com o governo de Donald Trump, os Estados Unidos da América (EUA) passaram a exercer uma política econômica anti-neoliberal, com um fundo de mercantilismo, justificado através do argumento de que o comércio internacional com seus parceiros não estava sendo recíproco (GONZALEZ GARCÍA, 2020, p.93). Pode-se dizer que isso foi resultado do desmoronamento geopolítico estadunidense após 2001 e econômico após 2008, que abriram espaço para o crescimento de novas potências, onde se destaca a China, a qual em 2018 foi o foco das barreiras tarifárias dos EUA, quando começou a chamada guerra comercial (*Idem ibidem*, 2020).

A preocupação com a China vem do fato de que entre 1960 e 2018, enquanto a participação dos EUA no PIB mundial diminuiu – de mais de 40% para 23,8% - a participação chinesa aumentou consideravelmente, saindo do 3,6% para 15,8% (GONZALEZ GARCÍA, 2020, p.95). Desde que a China entrou na OMC em 2001, sua participação no mundo aumentou e suas exportações somam 40% das exportações mundiais, o que dentro dos EUA criou um déficit de \$419,527 mil de milhões de dólares (*Idem Ibidem*, 2020, p.100). Segundo García (2020) “*durante 2018, las exportaciones de EU hacia China representaron 7.1% del total de sus exportaciones, y las importaciones procedentes de China, representaron el 17.9% del total de importaciones de EU*” (p.101). A partir disso,

(...) o presidente estadunidense, Donald Trump, criticou o enorme *déficit* de seu país e o atribui às práticas comerciais “desleais” do

regime comunista, como, por exemplo, *dumping*, guerra cambial (desvalorização da moeda em longo prazo), redução de salários e enfraquecimento sindical, juros subsidiados para investimentos em indústrias, incentivos fiscais para as empresas exportadoras, além de medidas protecionistas e violação dos direitos de propriedade intelectual e patentes. (CARVALHO, M. F. P.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A., 2019, p.2)

Um discurso de Mike Pence feito em 2018, Vice-Presidente dos Estados Unidos na época, definia a China como o principal desafio dos EUA, o que resultou em acordos bilaterais e a ineficácia da OMC. Desse modo, seguindo o segundo pilar da *National Security Strategy of the United States of America* de 2017, a competitividade econômica passou a ser questão de segurança nacional, de modo que reconstruir a força econômica americana em casa, preservando os acordos justos e recíprocos, levaria à segurança e à contínua paz e prosperidade por todo o globo.

Em busca disso, a partir de 2018, os EUA passaram a impor tarifas *ad valorem* sobre o aço e o alumínio em respectivamente 25% e 10% de todos os países, porém com o propósito de atingir especialmente a China (alguns países foram retirados da lista com o tempo, por exemplo o Brasil), bem como uma lista de 818 produtos de origem chinesa os quais teriam uma taxa de 25% nas importações (CARVALHO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2019, p. 3, 7).

*En el fondo, EU pretendió con esas medidas proteccionistas, revertir la pérdida de su productividad económica y aminorar sus desequilibrios cuasi crónicos: déficit fiscal y comercial; incremento de deuda, aumento del desempleo; caída de las bolsas de valores y pérdida de su productividad total factorial.* (GONZALEZ GARCIA, 2020, p.93 apud STIGLITZ, 2012, p.155-165),

porém, não se lida apenas com países em confronto econômico.

Um relatório da UNCTAD de 2019 apontava para o fato de que esse confronto era menos por conta do déficit econômico e mais por conta das ambições tecnológicas. Como citado anteriormente, de acordo com Rosales (2020), a proposta *Made in China 2025* de Xi Jinping procura alterar a posição da China como um polo central das relações econômico-políticas internacionais, transformando a China em uma potência tecnológica, o qual seria o meio de disputa central entre as potências nessa nova era. As disputas pela 5G marcam essa guerra fria em torno das tecnologias disruptivas.

A partir disso, a disputa entre ambos países é estrutural e não se delimita a governos, muito porque a China trabalha com propostas e políticas de longo prazo e

não imediatas. Nesse contexto, a guerra comercial se funda muitas vezes em discursos de difícil verificação buscando desqualificar o oponente, o que ocorre porque o objetivo deste conflito está longe de ser apenas comercial.

Para o Brasil em questão de importações, essa guerra comercial, segundo Carvalho et. al (2019), em um primeiro momento (quando a ação dos Estados Unidos era unilateral), representa um aumento internamente nos preços dos produtos de origem estadunidense e uma queda nos de origem chinesa, aumentando as exportações chinesas para o Brasil em todos os setores, o que traria uma balança comercial deficitária. Já

(...) após a retaliação chinesa, pode-se verificar que, no geral, haveria aumento nos preços dos bens estadunidenses (exceção da soja, 12 produtos primários da lista chinesa e outros alimentos) e haveria redução nos preços dos bens chineses em todos os setores. Os EUA exportariam soja para o Brasil (aumento de 16,22%), assim como outros produtos dos setores que a China impôs tarifas aos EUA, porém haveria queda na exportação dos EUA de bens de alta tecnologia para o Brasil, com destaque para eletrônicos (10,61%). Permaneceria a condição de aumento nas exportações chinesas para o Brasil em todos os setores. Em termos agregados, manter-se-ia a queda no preço das importações brasileiras de bens de alta tecnologia, além de produtos industrializados e aço, mas nas demais haveria alta. Haveria aumento nas importações agregadas brasileiras em todos os setores. (CARVALHO, M. F. P.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A., 2019, p.11-12)

Já avaliando-se as exportações brasileiras, para os EUA, essas aumentariam em vários setores “com destaque para o aço (54,81%), alumínio (31,98%) e eletrônicos (49,33%), nos demais setores haveria queda nas exportações” (CARVALHO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2019, p.12).

Quando se analisa a China como destino, nota-se que ocorreria queda nas exportações brasileiras no cenário 1 em todos os setores, inclusive o de soja (-0,52%), porém quando há retaliação, cenário 2, o Brasil aumentaria suas exportações em três setores: outros alimentos (0,6%), produtos primários da lista chinesa (2,59%) e, principalmente, na soja (27,23%). (CARVALHO, M. F. P.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A., 2019, p.11-12)

A soja foi o maior ganho do Brasil em meio a esta guerra, ainda segundo Carvalho et. al, as exportações de soja à China aumentaram em 27,33% (*Idem ibidem*, p.13), tornando o Brasil um dos países mais favorecidos pelo conflito,

(...) por conta das vantagens comparativas oriundas da dotação de fatores e do tamanho do Brasil (o que o leva à capacidade de influenciar os preços de mercado), aliados à redução da produção de soja no principal exportador mundial, os EUA, haveria ganhos nos termos de troca do Brasil, associados à valorização dos preços da *commodity* e, conseqüentemente, aumento do bem-estar no país.”

(CARVALHO, M. F. P.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A., 2019, p.19)

### 3. EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS RELAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASIL-CHINA

O governo Lula da Silva terminou com a sensação de trabalho bem sucedido, crescimento elevado do PIB e melhorias sociais impressionantes. Como já notado anteriormente, parte disso se dá principalmente ao papel chinês nas economias primário-extrativistas como o Brasil, pois o ápice do crescimento comercial sino-brasileiro se deu num período de 10 anos, os quais foram anos de governo petista. Entre 2005 e 2015 o salto comercial foi de respectivamente US \$9 bilhões para US \$66 bilhões, sendo 2013 o pico com US \$83 bilhões, tendo a China cooperado para 11% do crescimento anual brasileiro (RICUPERO, 2017, p. 641). Ao refletir esse *superávit* dentro do país, o resultado

(...) fortaleceu a balança de pagamentos não só pelo aumento do volume exportado, mas também pela excepcional valorização dos termos de intercâmbio graças à elevação dos preços das exportações brasileiras e ao barateamento de muitas importações de produtos manufaturados. Concorreu poderosamente, para a apreciação da moeda nacional, estimulou viagens e gastos no exterior, fortaleceu a sensação de enriquecimento pessoal derivada de moeda valorizada. No lado negativo, o câmbio desestimulou as exportações de manufaturas, pesou enormemente no agravamento da crise da indústria e, no devido tempo, terminou por comprometer o setor externo, fragilizado por crescentes déficits em conta corrente. (RICUPERO, 2017, p. 642)

Devido a isso, a responsabilidade fiscal foi solapada e o excesso de gastos não seguido por políticas econômicas sustentáveis que mantivessem o crescimento veio a mostrar seu doloroso resultado no governo de Dilma.

A posse da sucessora petista em 2010 foi seguida por redução do crescimento do PIB e aumento da inflação, atingindo no último ano do primeiro mandato (2014) a taxa de um crescimento quase nulo (0,1%) e inflação de 6,4% (RICUPERO, 2017, p.639). Frente a essa realidade, a governante abusou de aumento de gastos procurando desenvolver uma política parecida com a estadunidense do pós-crise de 1929, causando um desequilíbrio fiscal insustentável. Além disso, a presidente nomeada buscou efetuar uma “faxina ética” (*Idem Ibidem*, 2017, p.636), a qual não obteve grandes resultados na luta contra corrupção e ainda moldou um muro que bloqueou a governabilidade da mesma. Mesmo com a crise e as manifestações se proliferando pelo país, Dilma foi reeleita em uma eleição muito apertada e conturbada. O crescimento do PIB desde este ano (2014) apenas decaiu, voltando a crescer

apenas após o *impeachment* (2016) (IBGE, 2020). Em geral, entre 2014 e 2016, houve estagnação econômica no Brasil, que refletiu no agronegócio, porém com menor força devido à demanda não alterar e o câmbio estar flutuando entre R \$3,70 e R \$4,20 o dólar. A volta do crescimento econômico se firmou com a resolução da crise política (AGROANALYSIS, 2016).

Até o segundo trimestre de 2017, pouco mais de um ano do governo Michel Temer, as taxas de crescimento do PIB ainda estavam negativas, mas em taxas maiores a cada recálculo. Já no terceiro trimestre do mesmo ano, o crescimento do PIB estava em 0,2%, atingindo 1,6% em 2018, o máximo alcançado pelo governo (IBGE, 2020). Essas porcentagens são uma pequena melhoria se comparado aos anos dourados de 2010 onde o crescimento alcançou 7,5% e a participação no PIB mundial passou de 9,4% para 10,7% (ESCHER, 2020, p.127), porém, para um país que não acompanha nenhuma melhoria desde 2014, aquilo significou certo período para respirar. Este governo foi marcado por propostas econômicas neoliberais e menos keynesianas como as do governo Dilma, aprovando projetos como a PEC 55 que propunha estabelecer um Novo Regime Fiscal que cria por 20 anos um teto para o crescimento das despesas públicas (CARVALHO; FILHO, p. 232).

Nessa mescla de ascensão econômica, crise, *impeachment* e ruptura de paradigma dentro da política interna brasileira, é importante analisar o comportamento de governos considerados opostos em relação a suas políticas internas para pensar suas relações exteriores com a China de forma a possuir uma base mais sólida de como este relacionamento deve se desenvolver em uma perspectiva futura maior, e aqui se encontra o motivo principal da delimitação do período estudado neste trabalho final (2014-2019). De uma maneira mais concisa, o Brasil possui:

Um sistema de economia política marcado por rupturas e continuidades entre governos, que possui potencial e oportunidades, mas que também enfrenta riscos e desafios quanto à suas estratégias de inserção produtiva, comercial e financeira e de internacionalização econômica, muito por causa da ausência de um projeto nacional de desenvolvimento mais claro. (ESCHER, 2020, p. 127)

Obviamente, entende-se aqui que exista um *jogo de dois níveis*, conceito apresentado por Putnam (2010) que procura fornecer suporte para uma análise mais adequada de como é formada a política externa dos países, enfatizando a luta política (PUTNAM, 2010, p. 152). Nesse quesito, encarasse que existam dois campos, o doméstico e o internacional, onde o líder político nacional deverá se ajustar e mediar



as pressões de ambos, levando-se em conta que está inserido em ambos níveis e que estes possuem uma realidade soberana e interdependente (*idem ibidem*, p. 153). Dentro disto, no nível nacional os grupos domésticos procurarão estratégias para pressionar a favor de seus interesses (PUTNAM, 2010, p. 153) e, internacionalmente, os governos nacionais deverão satisfazer estas pressões, minimizando “as consequências adversas das evoluções externas” (*idem ibidem*). Os atores nacionais – parlamentares, representantes de grupos-chave de interesses, assessores do próprio executivo e figuras partidárias (*idem ibidem*) – e a opinião pública, nesse jogo, exercem uma certa função em sinalizar as dificuldades, dentro do contexto internacional, que o Executivo poderá ter se continuar com certa ação e, desse modo, os vínculos entre estas dinâmicas vão influenciar a credibilidade do processo de negociação externa (DE CARVALHO, 2010, p. 411).

Os empresários e produtores do agronegócio brasileiro possuem uma consolidação como classe histórica e fortificada por conta dos próprios aspectos da economia brasileira. Segundo Caio Prado Junior “a economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado” (1987, p. 111), o que é uma constituição econômica provinda desde a colonização portuguesa, a qual não encontrou ouro ao chegar no país como os espanhóis na América Espanhola, e assim teve de se utilizar do solo tropical para lucrar, o que é destacado com Celso Furtado em “Formação Econômica do Brasil” (1963). Como ressalta Caio Prado Junior:

(...) o que tivemos [no Brasil] foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. (1987, p. 111)

Dessa maneira, o agronegócio é conhecido por sua participação fundamental historicamente na economia brasileira, sendo que, com o desenvolvimento global, as formas de produzir e exportar mudaram em alguns aspectos, mas em seu cerne continua-se, tanto no Brasil como em outros países da América Latina e Caribe, de economia primária, bem como um trabalho de muitos, mas com grandes oligarquias que possuem ainda grande poder político, com nomes fortes na política como Blairo

Maggi. A força dessa classe também é derivada de sua hegemonia. Gramsci compreende a hegemonia em *Cadernos do Cárcere* (2000) como a forma que se perpetua a dominação da classe dominante (SILVA, 2005, p. 265), a qual ocorre pela obtenção de consentimento através do controle das instituições da sociedade civil (igreja, escola, mídia), as quais dissipam o senso comum a ser enraizado na sociedade (valores morais, políticos e sociais), possibilitando a obtenção de um poder mais concreto sob a sociedade civil por parte da classe hegemônica. Dessa forma, esta classe estabelece “uma ordem política relativamente incontestada, e habitualmente aceita de maneira passiva [onde] uma combinação da coerção e do consentimento, abre múltiplas possibilidades de reinterpretação da realidade internacional” (SILVA, 2005, p. 264).

O poder da classe do agronegócio brasileiro como citado é histórico e possui papel fundamental nas instituições brasileiras, podendo ser considerado uma das classes hegemônicas brasileiras. Com essas vantagens, o agro brasileiro consegue possuir poder dentro do governo, seja por intermédio de associações como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) criada em 1993 e, dentro do Congresso Nacional, com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A formação de conselhos empresariais como o Conselho Empresarial Brasil-China CEBC (2004), também são exemplos de inserção brasileira em questões do Itamaraty (DE FARIA, 2008, p. 88).

A partir disso, o Brasil passou por trocas de poder traumáticas nos últimos anos que tumultuam os grupos de poder internos do país, que passaram a procurar fazer seus interesses serem mantidos mesmo na área de política externa, o que pode ser visto até mesmo na campanha da última eleição (2018) que culminou no governo Bolsonaro (2019), no qual ataques diretos à China foram feitos, porém a classe agrária se posicionou e foram mantidos os negócios.

Com a chegada do governo Michel Temer, houvesse questionamentos sobre o crescimento brasileiro impulsionado pela China por acreditarem que o grande salto durante os períodos de governo petista seria também impulsionado por questões de afinidade ideológica. Tal posicionamento não se concretizou, sendo a China o primeiro país que Michel Temer visitou (2016) (ALMEIDA, 2019, p. 9) e tendo sido afirmado por Zhu Qingqiao, diretor-geral do Departamento de América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores chinês na época (2017), que o processo aproximação com o Brasil possui visão de longo prazo e que as mudanças

governamentais não alterariam seus investimentos e acordos comerciais (CAMPOS, 2017). “Ao contrário, entre 2016 e 2017 a China consolidou sua política de exportações de capitais para o Brasil, liderando as aquisições em nosso país nos dois anos” (ALMEIDA, 2019, p. 3), o que também é provindo das privatizações incentivadas pelo Brasil com medidas liberais que atraem mais a inserção de empresas internacionais chinesas no país (AMORIM, 2018, p. 6).

Em vista disso, vê-se que a alteração dos presidentes não criou um clima não propício aos negócios com a China, principalmente em relação ao agronegócio. Isso ocorre por conta de dois fatores dentro da classe do agronegócio que fazem seus interesses serem mantidos, sendo: estrutura histórica que os inserem diretamente no poder garantindo vínculos estreitos com órgãos públicos (burguesia agrária foi formada já no século XIX, possuindo assim bases históricas de participação política) e força econômica que é preponderante e corresponde pela balança comercial superavitária do Brasil. Dessa forma, o *boom das commodities* apenas reforçou uma classe que já era preponderante no Brasil desde os tempos coloniais, trazendo mais riqueza e importância política, processo que impede as mudanças de ideologia e governo de serem o bastante para derrubar a força do agronegócio no mercado brasileiro, além de não ser um objetivo ao se ver o montante positivo que este comércio traz ao país. Nesse jogo de dois níveis, a classe interna e o dinheiro provindo do externo geram um ambiente propício à continuação das políticas favoráveis às relações com a China.

#### **4. COMÉRCIO EXTERIOR, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS DENTRO DO COMPLEXO SOJA**

Nesta seção serão descritos e caracterizados os dados acerca do comércio exterior entre ambos países, pensando-se nas exportações brasileiras de produtos agro alimentícios de origem vegetal, focando-se na soja e em como essa relação influencia toda a balança comercial do Brasil e sua economia, bem como a proporção dos investimentos e financiamentos chineses nesta área do agronegócio, visto que sua dependência do setor do complexo soja é profunda.

Por conta das relações aqui estudadas se darem com a China, análises de outros produtos agro alimentícios de origem vegetal serão colocados apenas como forma de comparação, visto que a china é praticamente autossuficiente se tratando de arroz, milho e trigo, bem como o maior produtor de arroz e algodão do mundo, e o segundo produtor de trigo e arroz, dessa forma importando valores relativamente baixos (ESCHER, 2020, p. 165). Pensando nisso, os investimentos e financiamentos serão aplicados nesta mesma lógica.

##### **4.1. COMÉRCIO EXTERIOR: EXPORTAÇÕES AGROALIMENTÍCIAS DE ORIGEM VEGETAL (COMPLEXO SOJA) BRASILEIRAS À CHINA**

O Brasil “vem progressivamente se consolidando como grande fonte de oferta global de uma série de *commodities* e produtos alimentares” (ESCHER, 2020, p. 192). Como já identificado em análises anteriores, o complexo soja representa mais de 50% das exportações brasileiras, sendo o Brasil atualmente o maior exportador de soja do mundo, movimentando um mercado de US\$100 bilhões/ano, dos quais 11% se mantém antes da porteira (aquisição de insumos), 26% dentro da porteira (produção) e 63% com beneficiamento (logística, comércio e exportação) (APROSOJA, 2021). A liderança em exportação de soja para a China foi alcançada em 2013, se mantendo até hoje. Entre 2014 e 2018 as exportações para a China cresceram US\$23.4B (+ 57.1%), indo de US\$ 40.9B para US\$ 64.3B (OEC, 2021).

Como já citado, a inserção da agricultura brasileira e do país em si como um *player global* nesta área teve relação com várias dinâmicas externas, que incluem melhorias que revolucionaram a globalização em si, como a melhora na infraestrutura, telecomunicação, a diminuição nas discriminações do comércio –tanto tarifárias como não tarifárias –e o grau de internacionalização das empresas, além da já mencionada

inserção da China como uma das maiores economias do mundo (FGV, 2017). Esse último fato suscitou uma transformação estrutural do sistema agroalimentar mundial, onde a demanda chinesa ocupou papel de destaque devido à elevação da renda per capita das famílias, aparecimento de uma nova classe média (classe que passa a demandar outros produtos alimentares como forma de marcador social) e o aumento demográfico nas cidades, que como já comentado, elevam a importação chinesa de grãos (ESCHER, 2020).

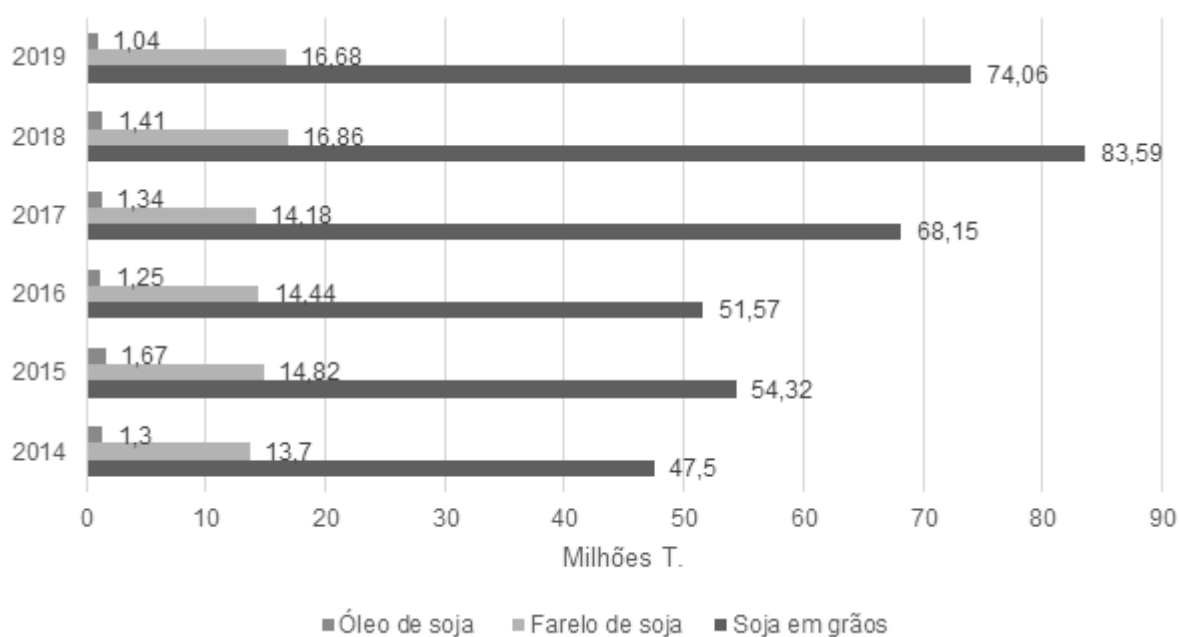
Esse período de grande crescimento chinês, que abrange desde a década de 90 ao século XXI, teve papel significativo no dado apresentado pela Fundação Getúlio Vargas (2017) de que a agroindústria brasileira de 1996 até 2014 possuiu uma abertura de 8,3%, com as exportações de 1989 a 2014 crescendo 7,7% ao ano. Porém, é importante salientar que a quantidade exportada mesmo sendo exorbitante, não chega perto dos valores de alguns produtos que poderiam ser exportados em menores quantidades e valores maiores, o que tem relação com o fato de que, embora o país tenha conseguido manter superávit das contas públicas com o grande crescimento da demanda do complexo de carnes e soja (29,9% para 50,5%) (FGV, 2017), o seu desenvolvimento e processamento de produtos desta área foi baixo, dessa forma o país exporta ainda em sua maioria produtos intermediários, básicos e não industriais, não possuindo um desenvolvimento da área, exportando produtos de baixo valor agregado. A delimitação das exportações estudadas neste trabalho deixa claro esse mecanismo, pois a exportação recorde é a semente de soja, pura, sem passar por processo algum, produção da qual em 2016/2017 o Brasil tornou-se o maior exportador, respondendo por 42,8% das exportações mundiais (CONTINI *et. al.* 2018, p. 8).

As outras formas de se vender a soja são como farelo de soja e óleo de soja, o que se leva em conta as novas utilidades do grão que trouxeram também maior consumo mundial, utilizando-se do mesmo para produção de ração animal ou uso doméstico e para a indústria de biodiesel (GAZZONI & DALL'AGNOL, 2018), porém, a demanda mundial destes derivados ainda é relativamente baixa em relação à soja em grão (CONTINI *et. al.* 2018, p. 6). Segundo Contini *et. al.* (2018), entre 2000 e 2016 o volume exportado de soja em grão cresceu de 45,6 milhões de toneladas para 132,5 milhões (+190,4%), o de farelo de 34,2 para 65,5 milhões de toneladas (+91,6%) e de óleo de 6,2 para 11,8 milhões de toneladas (+90,3%).

A Argentina adotou uma política de processamento interno de grãos tornando-o o maior exportador de óleo de soja (48,6% do mercado mundial) e farelo (47,7% do mercado mundial) (2016/17) (CONTINI *et. al.* 2018, p. 7). O Brasil processa quase metade da produção de soja, porém a maioria se mantém internamente para produção de alimento animal ou consumo doméstico (alimentação e biodiesel) exportando apenas cerca de 17,0% (*Idem Ibidem*, p. 11), industrializando assim 42% da soja produzida e exportando mais de 70%, considerando o equivalente grão exportado em derivados (farelo e óleo) sendo a metade em grão (APROSOJA, 2021). O Gráfico 1 representa a quantidade exportada do Brasil para o mundo por milhões de toneladas entre 2014 e 2019 de grãos de soja, farelo e óleo respectivamente, demonstrando a baixa exportação dos derivados. Isso ocorre porque

(...) pela Lei complementar N. 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), os produtos primários exportados de origem agrícola são isentos do imposto estadual sobre circulação de mercadorias, o ICMS. Os produtos processados internamente não o são, e quando exportados podem adquirir créditos a serem utilizados posteriormente. Este processo é muito burocrático e nem sempre passível de utilização por parte de empresas não tem favorecido a exportação de produtos processados, como é o caso de farelo e óleo. Ademais, muitos países importadores dão preferência à compra de produtos primários (como soja em grãos) para processá-los internamente, gerando empregos, como é o caso da China, recentemente. (CONTINI *et. al.* 2018, p. 8)

Gráfico 1: Exportação Brasileira do Complexo Soja no Mundo (Milhões Toneladas)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da Agrostat e Aprosoja Brasil.

Dessa forma, a exportação da semente *in natura* é a mais expressiva e desde

2015 até 2019 lidera como produto mais exportado pelo Brasil, 2014 foi o último ano que o Minério de Ferro liderou essa porcentagem contanto com 11.8% das exportações contra 10.3% do produto alimentício (OEC, 2021), havendo então uma rápida ultrapassagem da soja sobre o minério de ferro em poucos anos. Vale ressaltar que, em relação à exportação para a China, a lógica da semente sobre os seus processamentos também se aplica. De acordo com Fabiano Escher,

Em termos de valor das exportações do complexo soja do Brasil para a China, em 1997, 43% foram exportados sob a forma de farelo, 43% como óleo e apenas 14% em grãos; mas a partir de 2000, as exportações de farelo caíram vultuosamente, e 93,4% das exportações em 2011 foram de grãos. (2020, p. 197).

Outra questão importante é o acentuado crescimento da compra chinesa do Brasil, que desde 2009 já era o maior importador do país, desde então aumentando sua demanda a cada ano, e entre 2014 e 2018 sua porcentagem de demanda do Brasil passou de 17,8% para 26,5% (OEC, 2021). Em 2014, 40% das importações chinesas eram em soja, se mantendo na faixa de 39% a 42% no período trabalhado. Em dados gerais, a demanda chinesa no mundo por soja em grãos entre 2004 e 2018 aumentou 178,8% - para comparação, a demanda mundial elevou apenas 72,8% - e especificamente entre 2014 e 2018, o consumo por milhões de toneladas foi de 87,2% para 112,1% o que representa consonância entre a elevação das exportações brasileiras e entre o fato de a China possuir uma produção baixa de soja, derivada da escassez de água, terra e trabalho –a qual não exporta –com uma população que necessita destas compras para sustentar a alteração alimentar provinda da melhoria econômica das famílias chinesas (CONTINI et al., 2018).

É importante ressaltar que a produção interna chinesa de arroz, trigo e milho é praticamente auto suficiente, desse modo a importação da soja é o ponto alto das relações comerciais desses países, a qual é utilizada principalmente para alimentar a expansão pecuária, pois com a mudança de padrões sociais da China, a carne passa a ser preferível nas alimentações (ESCHER, 2020, p. 164). Essa lógica de processamento interno além de sustentar a alteração da realidade econômica e alimentar dos chineses, cria empregos, sendo a indústria de esmagamento chinesa a com maior capacidade de processamento do mundo (*Idem ibidem*, p. 171), fato provindo de

(...) protestos de trabalhadores da agroindústria e produtores de soja chineses [que forçaram o governo a lançar] políticas de proteção e incentivos para apoiar a indústria nacional de esmagamento, e hoje DHEs como a COFCO (que em 2014 comprou a Nidera e a Noble, com grande volume de operações no Brasil), a Heilongjiang, Oil and Fat, a Hopefull Grain and Oil Group, a Chongqing Grain Group. A Shandong Bohai Industries e EEs como a Chinatex, controlam mais de 60% do setor. [...] Note-se que em relação à soja exportada do Brasil para a China, as 10 maiores compradoras representam cerca de 70% do total das importações, sendo sete delas empresas de propriedade chinesa. (ESCHER, 2020, p. 171).

Portanto, a força chinesa da agroindústria brasileira é expressiva, porém há pouco espaço para industrialização do setor, sendo o país responsável por parte das importações brasileiras de fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros –setor que os Estados Unidos ainda lideram, porém a indústria de agroquímicos é complexa por conta de serem dominadas por multinacionais com relações complexas de venda – controlando a maior parte da cadeia global de produção (*traders* e processamento), demonstrando a diferença industrial destes países, mas o Brasil possui superávit na balança comercial com a China desde 2009.

O Gráfico 2 representa as exportações brasileiras de soja para a China entre 2014 e 2019 por milhões de toneladas, incluindo farelo de soja. Em geral, entre 2014 e 2016, houvesse estagnação econômica no Brasil, que refletiu no agronegócio, porém com menor força devido à demanda não alterar e o câmbio estar flutuando entre R\$ 3,70 e R\$ 4,20 o dólar, além da safra de 2015 ter sido menor por conta da falta de chuvas, resultando em um valor exportado previsível (EDITORIAL, 2015). A supersafra de 2016 nos Estados Unidos também provocou a baixa das vendas brasileiras (SERIGATI; POSSAMAI; SEVERO, 2017). A volta do crescimento econômico se firmou com a resolução da crise política, sendo 2017 um ano turbulento, mas que entregou um cenário melhor do que 2016, com destaque para a agropecuária, o principal setor que provocou o crescimento em 2017 devido à ótima safra 2016/17, sugerindo que o PIB das atividades agropecuárias cresceu 11,5% (SERIGATI; POSSAMAI; SEVERO, 2017). Já no ano de 2018, houvesse altos e baixos no agronegócio.

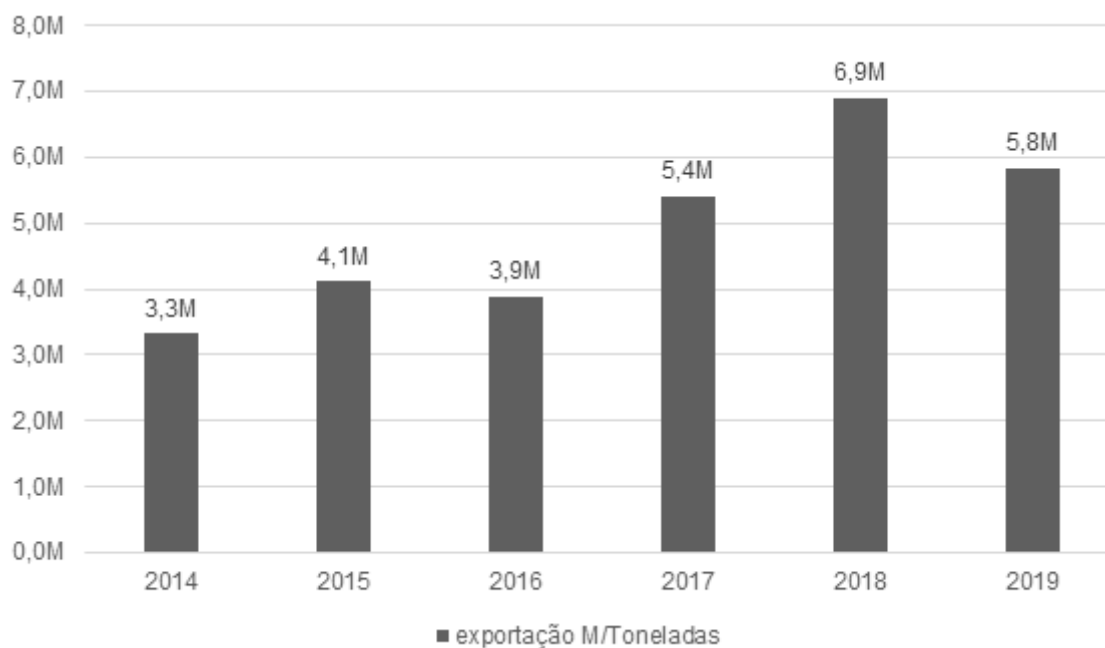
A safra 2017/18 trouxe uma redução da produção em relação ao potencial de colheita. A greve dos caminhoneiros resultou em grandes perdas na produção. A política externa americana e os riscos políticos



no Brasil geraram muita oscilação cambial – às vezes a favor das exportações agropecuárias. (MEIRELLES, 2019)

Porém, houve aumento da exportação de grãos que se manteve forte ao longo de 2019. Em 2020 o Brasil ultrapassou os Estados Unidos se tornando o maior produtor de soja do mundo, mas desde 2013 era o maior fornecedor para a China.

Gráfico 2: Exportação de Soja brasileira mesmo triturada para a China entre 2014 e 2019



Fonte: elaboração própria a partir de dados recolhidos do Agrostat.

Inserindo dados sobre outras *commodities* agrícolas do ramo dos produtos vegetais, na Tabela 1 e 2 vê-se a dura diferença entre as quantidades e o valor exportados para a China por parte do Brasil entre 2014 e 2019 em relação à soja, sendo esta responsável por 99% das exportações dentro da delimitação de produtos vegetais para o gigante asiático. O milho por exemplo vai em sua maioria para outros países asiáticos como Irã e Vietnã, o café para Alemanha e Estados Unidos e o Mate para o Uruguai.

Tabela 1 e 2: Quantidades (kg) e valores (US\$) exportadas pela Brasil à China, 2014-2019.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Produtos	Quantidade/ Kg	Quantidade /Kg	Quantidade /Kg	Quantidade /Kg	Quantidade /Kg	Quantidade /Kg
Complexo Soja	33.173.318. 84	41.132.353. 98	38.819.807. 31	54.145.505. 56	68.874.701. 77	58.212.260. 659
Milho	24.397.270	146.916.978	172.481.085	17.190.490	68.661.127	68.550.021
Café	2.686.582	4.468.386	3.881.886	3.688.570	8.448.076	8.762.900
Chá, Mate e Especiarias	101.280	329	27.890	216.016	484.417	821.877
Frutas (inclui nozes e castanhas)	221.508	107.418	257.885	1.017.379	1.701.385	1.374.431
Demais produtos de origem vegetal	29.137.359	48.281.233	61.115.675	67.257.954	75.067.851	80.165.472

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Produtos	Valor US\$	Valor US\$	Valor US\$	Valor US\$	Valor US\$	Valor US\$
Complexo Soja	17011,6M	15927,5M	14562,5M	20561,9M	27434,1M	20602,7M
Milho	4,5M	30,4M	29,5M	2,7M	11,7M	11,2M
Café	9,7M	14,2M	13,8M	11,8M	43,3M	22,7M
Chá, Mate e Especiarias	1,1M	5,5 M	241,8M	1,3M	1,3M	1,8M
Frutas (inclui nozes e castanhas)	811,2M	713,2M	1,4M	1,5M	2,4M	5,2M
Demais produtos de origem vegetal	53,4M	79,7M	105,2M	119,2M	135,9M	134,6M

Nota: Dados trabalhados pelo Autor.

Fonte: Agrostat.

Para concluir, do total das exportações da soja brasileira, mais de 70% era destinada à China, em 2018 chegando a 82,3% (OEC, 2021), o que apresenta o fato de que “há uma dependência mútua entre a oferta e a demanda de soja do Brasil e da China, mas com melhor equilíbrio para a China, que tem fontes de oferta mais diversificada do que o Brasil de demanda.” (ESCHER, 2020, p. 197).

Por fim,

O sucesso futuro da cultura da soja no Brasil vai ser muito dependente da demanda internacional. As projeções acenam para cenários positivos, devido ao aumento da população e renda, principalmente em países populosos, como o Sudeste da Ásia. O forte é uma demanda derivada, com a soja sendo utilizada em rações animais, como suínos e frangos. (CONTINI, et al, 2018, p. 28).

## 4.2. INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

A internacionalização das empresas chinesas se iniciou com a abertura econômica na década de 70 e foi impulsionada com a estratégia *Go Global* de 1999-2001. Segundo Wang, Faria e Carvalho (2013), houveram várias fases do investimento chinês, indo de uma “internacionalização cautelosa” até chegar a última fase inaugurada pela entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, marco que garantiu aos países o cumprimento da China das regras internacionais de comércio e investimento, além de servir para a simplificação do processo de investimento por empresas privadas chinesas no exterior. Vale ressaltar que a mudança do modelo de crescimento chinês, com seu desaceleramento e rumo ao “novo normal”, fez com que a busca por recursos naturais fosse ultrapassada pela necessidade de novas tecnologias, ganhos de eficiência e produtividade, juntamente com a internacionalização de sua própria moeda, o que alterou o perfil dos investimentos chineses a partir de 2014, que, nessa lógica, diminuiu interesses em minérios, indo em direção a setores como o agronegócio, e principalmente no setor energético, aumentando consideravelmente o valor investido (CEBD, 2014-2015, p. 10).

Esse perfil tem relação com os superávits chineses em exportação que abriram espaço para acúmulo de ativos em moeda estrangeira (dólar principalmente), reservas internacionais que geram maior atuação de bancos chineses e fundos bilaterais que desenvolveram projetos como o fundo da Nova Rota da Seda (NRS) (*One Belt One Road- OBOR*). Essa estratégia impede a “inundação de moeda estrangeira em sua economia” (AMORIM, 2018, p. 4). A inserção desses fundos no Brasil foi, segundo Amorim (2018) aprofundada com a crise política por conta dos novos pacotes de privatização que diminuem a preocupação com a soberania (p. 6). As perspectivas de inserção chinesa nos financiamentos de longo prazo são aumentadas quando se vê o desmonte do BNDES que ocupava papel fundamental nesta modalidade (*Idem Ibidem* p. 7).

Com a saída do BNDES do campo de financiamento estratégico e na ânsia de levar a cabo com a maior velocidade possível seu programa de privatizações, o governo de Michel Temer lançou ainda na interinidade o chamado Plano de Parcerias de Investimento (PPI) - Lei Nº 13.334, 2016. [...] No processo acima descrito, a criação do fundo [fundo Brasil-China] visa criar uma nova alternativa para a entrada de capital chinês sem, no entanto, ser empecilho às outras formas de entrada dos investimentos. (AMORIM, 2018, p. 8) Enquanto o Fundo não se materializa de fato, os chineses continuam investindo pesado no Brasil principalmente via fusão e aquisição de empresas públicas e privadas. (*Idem Ibidem*, p. 11).

Desse modo, com relação à financiamentos, a área é escassa de informações e ações, sendo as relações econômicas entre ambos países centralizadas em comercialização e investimentos, os quais são uma realidade ligeiramente atual, tendo sido aprofundada em 2014, por empresas de maioria estatal, principalmente em áreas de valor estratégico e do setor primário. Segundo Nakatani et al. (2014) a entrada dos capitais chineses “travestida de Investimentos Externos Diretos (IEDs) no setor primário de países periféricos” (p. 59), seja por comprar de empresas ou terras indicam a atroz “necessidade dos chineses por tais recursos e de sua estratégia de garantia de autonomia no abastecimento interno de matérias primas e da soberania alimentar” (p. 62). Vale apontar que, como ressaltada a preocupação chinesa por manter sua moeda forte, as compras de terras são um “ativo seguro e cada vez mais valorizado, bem como uma relevante alternativa para as aplicações financeiras” (NAKATANI et al., 2014, p. 65).

Além disso, essas compras muitas vezes podem não constar como diretamente chinesas, podendo ser de filiais transnacionais sediadas na China, bem como de empresas não necessariamente ligadas ao âmbito agrícola, tornando o rastreamento real dos investimentos mais difícil (*Idem ibidem*, p. 63), o que acontece com as compras de terras, nas quais a Argentina tem papel fulcral como intermediário nas aquisições (*Idem ibidem*, p. 67).

Os empréstimos por parte de bancos é algo novo e teve um capítulo importante no governo Dilma Rousseff com a já citada

(...) criação e ativação do Fundo BrasilChina de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva (Decreto nº 9.063/2017), composto por capitais de diferentes instituições dos dois países e que deve ter seus financiamentos materializados num futuro próximo. (AMORIM, 2018, p.3)

O investimento externo direto (IED)<sup>1</sup> chinês no Brasil entre 2003 e 2018 demonstra preferência pelo setor energético, petróleo e gás, sendo o período de maior intensidade nos investimentos entre 2010 e 2017. Segundo a revista Forbes entre 2003 e junho de 2018, 161 investimentos chineses foram anunciados no Brasil e 102 confirmados, envolvendo US \$71,5 bilhões e US \$53,9 bilhões, respectivamente, valor que foi acentuado a partir de 2010, ano em que os investimentos foram consolidados como algo regular. Em 2015 o IED chinês demonstrou notável aumento somando US\$ 7,4 bilhões, em 2016 US\$ 8,4 bilhões, em 2017 US\$ 8,8 bilhões e decaindo em 2018 66% para US\$ 3 bilhões (CEBC, 2021).

Dentro do agronegócio, entre 2003 e 2017 o Brasil recebeu apenas 8% do total dos investimentos chineses, com um total de 16 projetos (SEAIN, 2017). De acordo com o Boletim de Investimentos Chineses no Brasil – nº 7, divulgado em 2018 pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

A recente publicação Relatório de Investimento Direto no País – 2018, divulgada pelo Banco Central do Brasil, indica um valor acumulado entre 2014 e 1º Semestre de 2018 igual a US\$ 20,7 bilhões. Para o período de 2014 a dezembro de 2018 estimamos um valor de US\$ 28,6 bilhões [porém] em que pese o valor expressivo, cabe não desconsiderar que – de acordo com a mencionada publicação do Banco Central do Brasil – no ano de 2017, quando o valor investido por empresas chinesas atingiu seu ponto de máximo, aquele país foi “apenas” o 9º maior investidor no Brasil.” (SEAIN/MPDG, set-dez. 2018).

Além disso, segundo estudos do CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China), 70% dos investimentos provindos da China são de estatais chinesas, e isso se deve também à mudança nos investimentos chineses a partir de 2014, onde se deu mais foco a setores chave para sustentar sua economia (minério, energia, agronegócio), bem como em áreas logísticas (portos, malhas ferroviárias), e investimentos de maior valor, projetos que ao fim de 2017 apenas aumentariam, e, mesmo com o período eleitoral, os investidores chineses ainda confirmaram olhares atrativos ao Brasil, o que é advertido por Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC). Além disso, vê-se com o passar dos anos maior interesse chinês em

---

<sup>1</sup> Investimento Externo Direto (IED), de acordo com Creutzfeldt (2019) é “em essência, uma forma de investimento transfronteiriço com o objetivo de estabelecer um interesse duradouro que uma empresa sediada em um país pode ter em uma empresa que opera em outro país” (p.198), o qual pode ser realizado tanto pelo mecanismo de investimento greenfield (fundação de novas fábricas) como pelo brownfield (aquisição de empresas já existentes). (CREUTZFELDT, 2019).

investimentos externos diretos no Brasil do tipo *Brownfield*<sup>2</sup> e de fusão e aquisição<sup>3</sup>. Alguns exemplos dessas formas de investimentos são o TCP (Terminal de Contêineres no Porto de Paranaguá/PR - brownfield) onde a China firmou Contrato Vinculante com empresa estatal chinesa CMPort, para venda de 90% de suas ações, por US\$ 925 milhões e fusões/aquisições de empresas portuárias e de produtos agrícolas, como silos de armazenamento e produção de fertilizantes (SEAIN, ago/set 2017).

Como demonstrado por um artigo da GRAIN (2015), a China está focando em países que exportam produtos alimentícios chave para seu país (soja, óleo de palma, milho, trigo, arroz), pensando-se que seu nível de importação está para aumentar ainda mais, procurando estabelecer-se dentro desses locais onde as produções são garantidas e (de certo modo) seguras. Por conta disso, essas formas de investimento dentro do agronegócio, representam uma estratégia governamental dentro da Política de Segurança Alimentar visível, pois ao se fazer aquisições, tanto de terras como empresas, os chineses passam a controlar a cadeia de produção, barateando seus custos e tornando-os menos dependentes do sistema agroalimentar. Dentro do próprio país, essa estratégia foi feita com a empresa nacional COFCO, o que alterou a dependência interna de indústrias como a ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (ABCD) no ramo de esmagamento de soja na China.

Desse modo, essas formas de investimento dentro do agronegócio, levam para a China o pertencimento de tecnologias de produção, que trabalham gerando produtividade e assim maior segurança alimentar sem aumento desprovido de áreas, bem como, multinacionais como a COFCO passam a se efetivar no Brasil, atuando na comercialização dos grãos, trazendo um controle efetivo dessa cadeia de produção tão importante para os hábitos alimentares chineses. Ou seja, ao investir em sua própria produção em outros países, comprando as empresas ou terras, a China transfere o comando do mercado que lhe será cada vez mais necessário para seu governo federal. Segundo o relatório de investimentos no Brasil de 2016 do Conselho

---

<sup>2</sup> *Brownfield*— são os investimentos em empreendimentos pré-existentes, ou em um projeto a ser desenvolvido e atualizado que se baseará em um já existente. (SEAIN, 2018).

<sup>3</sup> Fusão e Aquisição — são computadas no grupo Fusão e Aquisição todas as operações que envolvam compra de participação, minoritária ou majoritária, de empresa no Brasil por uma empresa chinesa. (SEAIN, 2018).

## Empresarial Brasil-China,

Esse novo modo de ingresso reflete uma particularidade global dos investimentos chineses, que têm apresentado forte tendência de compra de ativos já em operação no exterior. Por sua vez, há indícios de que as fusões e aquisições se mostram como a forma mais efetiva de inserção de empresas chinesas no Brasil, na medida em que permite o controle de ativos já maduros no mercado doméstico (p. 16).

Essa atuação no agronegócio brasileiro foi mais notada a partir de 2014. Segundo o relatório do Conselho Empresarial Brasil-China sobre investimentos chineses do Brasil de 2014-2015,

Os investimentos no agronegócio, pela primeira vez, tiveram maior representatividade, com a aquisição da Nidera e da Noble pela chinesa COFCO – que fez parte de uma operação em escala global. As duas empresas compradas já contavam com negócios consolidados no Brasil, o que sem dúvida ilustra um cenário no qual a China passará a ter controle direto, por exemplo, sobre o escoamento de produtos agrícolas para seu mercado interno (p. 18).

Fazendo uma relação dos investimentos e internacionalização das empresas chinesas, a *Cofco International, holding* estatal chinesa, maior grupo de processamento, fabricação e comercialização de alimentos da China, tem 19 armazéns no Brasil, com capacidade para processar 1,4 milhão de toneladas por ano, sendo 70% no Mato Grosso (ZANINI, 2020). Além disso, desde 2016, o grupo Dakang (DKBA), originário da província de Hunan, é dono da Fiagril, empresa mato-grossense que atua nas áreas de fertilizantes, insumos, produção de grãos e de biodiesel, tendo pago US\$ 200 milhões por uma fatia de 57% da empresa, adquirindo o ciclo completo da soja e outros produtos (COM..., 2020), bem como da empresa bilionária Belagrícola, de Londrina, no Norte do Paraná, adquirindo 53,99% das ações em 2017 (SENKOVSKI, 2017). Além disso, a Chemchina ou China National Chemical Corp em 2017 terminou seu processo de compra por US\$ 43 bilhões do grupo suíço Syngenta, marca líder mundial de sementes e produtos fitossanitários (CHEMCHINA..., 2021). Ademais, a State Grid é apontada como uma empresa atuante na área de compra de terras ou empresas para exploração direta da terra (SEAIN, nov/dez 2017).

Segundo o boletim do SEAIN, em 2017 confirmou-se ainda outro investimento, tratando-se da aquisição pelo CITIC Agri Fund da empresa Dow Sementes, que passará a se chamar LP Sementes. A negociação mobilizou US\$ 1,1 bilhão. Ressalte-

se que, apesar do investimento fazer referência a uma unidade produtiva atuante no Brasil, a Dow Sementes integrava uma empresa com sede nos EUA (Dow AgroSciences) (SEAIN, Jan/Fev 2018). Em 2018, a empresa Zhuhai Yuren Agricultural anunciou interesse em um investimento de US\$ 22 milhões para uma indústria de fabricação de drones para agricultura, sendo localizada no Mato Grosso (CHINESA..., 2018). Outro investimento é da empresa BBKA na produção de uma indústria esmagadora de milho em Maracaju no valor de \$1 bilhão de reais (SEAIN, Jan/Fev 2018). Além disso, “o grupo Pingle fabricante de moinhos de trigo, marcou sua chegada no país com o estabelecimento de um escritório técnico e comercial e a construção de um armazém para estoque de peças no Paraná” (CEBC, 2018, p. 13).

A forma como esses investimentos entram no Brasil e a contextualização internacional demonstram um interesse estratégico chinês em áreas chave e falta de organização governamental brasileira para lidar com essas parcerias de forma sustentável ao crescimento industrial e tecnológico interno. Como assinala Fernando Romero (2013), o processo de investimento é controlado por grandes empresas que passam assim a ter controle sobre desenvolvimentos científicos e tecnológicos (p. 141), o que é uma variável importante para se compreender o investimento em *tradings* do agronegócio. Essas relações fortalecem “la dependencia económica com el exterior, el predominio de los capitales extranjeros y la concentración” (ROMERO, 2013, p. 498), realidade descrita pelo autor sobre o complexo agroalimentar pampeano, que por sua vez se aplica também a realidade brasileira, a qual, como demonstrado, também tem seu setor agroalimentar dominado por empresas multinacionais e inserção cada vez mais notável por empresas chinesas da área.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto na primeira parte do trabalho, a inserção chinesa no agronegócio brasileiro se fortaleceu com o *boom das commodities* a partir do início do século XXI, o que foi gerado pelo elevado crescimento chinês e necessidade por matérias primas, fruto da abertura econômica iniciada no limiar da década de 1970. Essa ascensão econômica chinesa desenvolveu mudanças internas no país as quais, a partir de 2010 confluíram em uma desaceleração no nível produzido para a melhoria da técnica, o que encaminhou o país a um novo ritmo de crescimento pautado principalmente no incremento da renda *per capita* das famílias e incentivo à produção de tecnologia de ponta. Essas constatações acirraram as preocupações estadunidenses frente à China, o que gerou uma guerra comercial (2018) com imposições de tarifas e alegações sobre invasões cibernéticas, que geraram uma desaceleração na economia global em um primeiro momento, porém com as retaliações chinesas houvesse ganhos ao Brasil.

Ao mesmo passo que essas circunstâncias inundavam o cenário internacional, o cenário interno brasileiro se desdobrava em crise política e econômica. O *boom das commodities* tinha passado e deixado falhas profundas em matéria de política governamental, o que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e no governo liberalizante de Michel Temer (MDB), sucedido por Jair Messias Bolsonaro (sem partido). Essa mudança de governo impactou não somente as medidas governamentais de fomento à economia, mas bem como os ideais levados por cada partido e eleitores. As alterações descritas incitaram questionamentos sobre o futuro das relações Brasil-China inicialmente com a queda dos governos petistas, pensando-se que a elevada comercialização seria também provinda de afinidade ideológica, o que não se concretizou, e secundamente com a campanha presidencial de Bolsonaro, com posturas anti-China, o que também não aconteceu. Essas constatações demonstram que as relações bilaterais de ambos países já são intrínsecas à economia interna de cada um, gerando uma interdependência, que ainda assim é mais forte no Brasil pela sua pauta exportadora ser mais concentrada no país asiático, frente à China que possui mais variadas opções de compra. De qualquer forma, o Brasil obtém lucros consideráveis dessa relação, com saldo comercial superavitário, os quais não foram nem serão alterados pelas mudanças de governo, e que, se aplicados de forma

responsável, protegendo a economia em âmbitos de segurança e não perda de soberania, possuem perspectiva de continuar gerando renda e crescimento ao país, principalmente levando em conta que a alteração alimentar e crescimento populacional chinês ainda vão elevar, sendo um mercado prospectivo.

Aplicando isso aos fatos, as análises dos números exportados durante os governos estudados e o aumento nos últimos anos dos investimentos chineses no Brasil na área do agronegócio, apontam para desdobramentos positivos ao país de forma ampla. Porém, escusado dizer que a aquisição de terras e compras de empresas pelos chineses no Brasil não devem ser interpretados com olhos caridosos, e sim, com uma visão estratégica para os recursos brasileiros que devem ser protegidos de forma a manter o agronegócio forte, o qual contribui de forma múltipla dentro do país, girando a economia de pequenas cidades interioranas, grandes empresas de insumos e outras tecnologias agrícolas, fornecendo emprego para vendedores, produtores, *traders*, fabricantes e outros. Supérfluo complementar que a concentração dos processos de fora da porteira por grandes multinacionais como ADM, Cargill, Bunge, Dreyfus (ABCD) e COFCO são uma realidade. A questão principal nesse âmbito é a forma como o governo se organiza para proteger seus recursos de forma efetiva a não prejudicar o trabalho de grande parte de sua população, área que possui notável reconhecimento internacional.

Portanto, desde 1974 com o estabelecimento das relações diplomáticas com a China sobre o governo de Geisel até o atual momento, se viu uma evolução concisa e preponderante entre Brasil e China, relações complexas em seu âmago, mas que também respondem a uma realidade do sistema internacional de que o país asiático não vai parar tão cedo, sendo desse modo, uma relação atualmente inquebrável.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA SCHEFFER, G. ROSALES, Osvaldo; El Sueño Chino – Cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla.: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020, 240 pp. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, [S. l.], n. 20, p. 209-214, 2020. Disponível em: <https://ceiso.com.ar/ries/index.php/ojs/article/view/44>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ALMEIDA, Jorge. As Relações China-Brasil em leitura comparada nos governos de Lula-Dilma, Temer e Bolsonaro. 43º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2019. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st30-4/11812-as-relacoes-china-brasil-em-leitura-comparada-nos-governos-de-lula-dilma-temer-e-bolsonaro/file>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

AMORIM, Fernando. Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva e o Financiamento de Longo Prazo no Brasil. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)**, [S. l.], p. 1-12, maio/2018. Disponível em: [https://ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2018/05/Artigo\\_Fundo-Brasil-China\\_Fernando\\_FINAL-1.pdf](https://ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm_uploads/2018/05/Artigo_Fundo-Brasil-China_Fernando_FINAL-1.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

APROSOJA, Brasil: Associação Brasileira dos Produtores de Soja. Exportações. **AproSoja**. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/estatisticas-da-soja/exportacoes/>>. Acesso em: 26 fev. 2021

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BREGOLAT Eugenio, La segunda revolución china, Barcelona, Destino, 2007.

CAMPOS, Ana Cristina. Situação política não afeta relações com o Brasil, diz diplomata chinês. **Agência Brasil**. 19 mai. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-05/situacao-politica-do-brasil-nao-afeta-relacoes-com-o-pais-diz>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARVALHO, M. F. P.; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETTI, A. O Brasil no contexto da guerra comercial entre EUA e China. **ANPECSUL**, 2019. Disponível em: \*i5-0835cda12a9792564cef6a42fd641bda.pdf (anpec.org.br). Acesso: 26 de novembro de 2020.

CEBC, Conselho Empresarial Brasil-China. **Investimentos Chineses no Brasil**, 2014-2015; 2016; 2017; 2018. Disponível em: <http://cebc.org.br/investimentos-chineses-no-brasil/>>. Acesso em 26 fev. 2021.

ChemChina completa a compra da Syngenta por US\$ 43 bilhões. **G1 Globo**. 20 de fev de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chemchina-completa-a-compra-da-syngenta-por-us-43-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CHEMCHINA completa a compra da Syngenta por US\$ 43 bilhões. **G1 Globo**. 20 de fev de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/chemchina-completa-a-compra-da-syngenta-por-us-43-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CHINESA Zhuhai Aviation investirá US\$ 22 milhões em fábrica de drones no MS. **BVMI** 30 de jan. de 2018. Disponível em: <https://bvmi.com.br/chinesa-zhuhai-aviation-investira-us-22-milhoes-em-fabrica-de-drones-no-ms/>. Acesso em: 08 fev. 2021

CHINESA Zhuhai Aviation investirá US\$ 22 milhões em fábrica de drones no MS. **BVMI**. 30 de jan. de 2018. Disponível em: <https://bvmi.com.br/chinesa-zhuhai-aviation-investira-us-22-milhoes-em->

fabrica-de-drones-no-ms/>. Acesso em: 08 fev. 2021

COM armazéns e fábricas, China amplia presença no agronegócio. **BrasilAgro**. 28 de jul de 2020. Disponível em: <<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/com-armazens-e-fabricas-china-amplia-presenca-no-agronegocio.html>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONSELHO, Empresarial Brasil-China (CEBC). Comércio Bilateral Brasil-China. **CEBC Alerta**; informativo Nº87, dezembro de 2017. Disponível em: [http://www.cebc.org.br/arquivos\\_cebc/cebc-alerta/86.pdf](http://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/cebc-alerta/86.pdf). Acesso em: 03 fev. 2021.

CONTINI, Elisio; GAZZONI, Décio; ARAGÃO, Adalberto; MOTA, Mierson; MARRA, Renner. SÉRIE DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO (NT1): Parte 1: COMPLEXO SOJA - Caracterização e Desafios Tecnológicos. **EMBRAPA**, [s. l.], julho 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/0/COMPLEXO+SOJA+-+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+e+Desafios+Tecnol%C3%B3gicos/709e1453-e409-4ef7-374c-4743ab3bdcd6>. Acesso: 28 jan. 2021.

CORPORATIONS replace peasants as the "vanguard" of China's new food security agenda. **GRAIN**.3 nov. 2015. Disponível em: < <https://www.grain.org/en/article/5330-corporations-replace-peasants-as-the-vanguard-of-china-s-new-food-security-agenda>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298830120020701>>. Acesso dia 26 de agosto de 2019.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981. Disponível em: <[https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public-docs/Internationale\\_Beziehungen/cox.pdf](https://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public-docs/Internationale_Beziehungen/cox.pdf)>. Acesso dia 27 de novembro de 2019.

CREUTZFELDT, Benjamin. China's Foreign Direct Investment in Colombia. China's Foreign Investment. **Latin America and the Caribbean: Conditions and Challenges**, p. 189-210, 2019.

CREUTZFELDT, Benjamin. China's Foreign Direct Investment. **Colombia. China's Foreign Investment in Latin America and the Caribbean: Conditions and Challenges**, p. 189-210, 2019. Acesso em: 03 fev. 2021.

DAVIS, John Herbert; GOLDBERG, Ray Allan. **Concept of Agribusiness**. 1957.

DE CARVALHO, Maria Izabel Valladão. Condicionantes internacionais e domésticos: O Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 2, p. 405-445, 2010.

DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.

EDITORIAL. Agronegócio imune a Trump?. **Agroanalysis**, [s. l.], v. 36, ed. 12, p. 4-5, dezembro 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/70095/67628>. Acesso em: 20 fev. 2021.

EDITORIAL. Ambiente tenso no agro. **Agroanalysis**, [s. l.], v. 35, ed. 01, p. 3, janeiro 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/48243/46230>. Acesso em: 20 fev. 2021.

EDITORIAL. O novo ministro. **Agroanalysis**, [s. l.], v. 36, ed. 01, p. 4-5, janeiro 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/62936>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ESCHER, Fabiano. Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China e no Brasil: uma análise institucional comparativa. 1 ed. Curitiba, **Appris**, 2020.

FARES, Tomaz Mefano. O Desenvolvimento Agrário Chinês e sua Integração com o Agronegócio Brasileiro. **Revista de estudos críticos asiáticos**, [S. l.], janeiro 2017.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 7-26, 13 dez. 2017. Disponível em: < <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/62>>. Acesso dia 12 de novembro de 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. O Agronegócio Brasileiro: China e Comércio Internacional. **FGV**, [S. l.], 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAZZONI, Décio Luiz; DALL'AGNOL, Amélio. Paralelo entre a soja no mundo e no Brasil. In: **SOJA: quebrando recordes: CESB: 10 anos de máxima produtividade**. Sorocaba: CESB., [s. l.], p. 37-59, 2018. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1105763/1/capLIVROCESB.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GONZALEZ GARCIA, Juan. Causas, evolución y perspectivas de la guerra comercial para China. **Anál. econ.**, Ciudad de México, v. 35, n. 89, p. 91-116, agosto 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2448-66552020000200091&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-66552020000200091&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EM CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO, 2016, Universidade de Caxias do Sul. **AGRONEGÓCIO: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NA BASE SPELL [...]**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/IIsimposioinovacaoagronegocio/simposioinovacaoagronogocioucs/paper/viewFile/4647/1475#:~:text=O%20agroneg%C3%B3cio%20pode%20ser%20compreendido,DAVIS%3B%20GOLDBERG%2C%201957>). Acesso em: 29 jan. 2021.

IMF, INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Country Information**, People's Republic of China. Disponível em: < <https://www.imf.org/en/Countries/CHN>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INVESTIMENTOS chineses mais que quadruplicam. **Forbes**, 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2018/07/investimentos-chineses-no-brasil-mais-que-quadruplicam/>. Acesso em: 08 fev. 2021

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL (2017). **Conselho Empresarial Brasil-China, 2017**. Disponível em: <https://cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL (2018): O QUADRO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA GLOBAL. **Conselho Empresarial Brasil-China, 2018**. Disponível em: <http://cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL 2014-2015. **Conselho Empresarial Brasil-China, 2014-2015**. Anual. Disponível em: <https://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **Estudos Avançados**, Vol. 9 nº23, 1995. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a16.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LEE, Y. La diplomacia pública y el «*soft power*» de China en América Latina. **La diplomacia pública de China en América Latina. Lecciones para Chile. Santiago de Chile: RIL Editores**, p. 71-120, 2013.

LP Sementes, a mais nova empresa do setor, participa do Safratec. **Revista Agrícola**, 2018. Disponível em: <http://www.ragricola.com.br/lp-sementes-mais-nova-empresa-do-setor-participa-do-safratec/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MANZI, Rafael Henrique Dias; VIOLA, Eduardo. A desaceleração da economia da China e a transição para um “novo normal” no século 21. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2020, p. 5-27.

MEIRELLES, Fábio de Salles. Balanço e perspectivas. **Agroanalysis**, [s. l.], v. 39, ed. 01, p. 44, janeiro 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/79602/76154>. Acesso em: 20 fev. 2021.

NAKATANI, PAULO *et al.* A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, ed. 1, p. 58 - 73, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/15489>. Acesso em: 23 fev. 2021.

*NATIONAL Security Strategy of the United States of America. The White House*, 2017. Disponível em: < <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL: 2016. **Conselho Empresarial Brasil-China, 2016**. Disponível em: <https://cebc.org.br/2018/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2016/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

OECD, Observatory of Economic Complexity. Brazil. (BRA) Exports, Imports and Trade Partners. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/bra?initialComparisonDate=exportDateAvailable37&productSectionsSelector=productSection2&yearSelector1=exportGrowthYear23>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

OLIVEIRA, H. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/358/35818465005.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-30, June 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ORTEGA, Federico Ezequiel.; SAAVEDRA, Darío; ESQUIROZ, Federico. *Entre calamares y medianoche : El extractivismo pesquero chino en el Atlántico Sur (2013-2019)*. **XXI Jornadas de Geografía de la UNLP**, 9 al 11 de octubre de 2019, Ensenada, Argentina. Construyendo una Geografía Crítica y Transformadora: En defensa de la Ciencia y la Universidad Pública. EN: Actas. Ensenada: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Disponível em: <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.13606/ev.13606.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.13606/ev.13606.pdf)>.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. **São Paulo: Brasiliense**, v. 4, 1987.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

PUTY, Claudio Alberto Castelo Branco. A Estratégia de internacionalização de estatais chinesas e o Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**, [S. l.], n. 15, p. 39-50, jul. Dez. 2018. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8631>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016. 1 ed. Rio de Janeiro, **Versal Editores**, 2017.

ROMERO, Fernando G. **El capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano (1976-2008)**. 2013. Tesis de Doctorado (Doutorado) - Facultad de Filosofía y Letras UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, [S. l.], 2013. Disponível em: [http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/6110/uba\\_ffyl\\_t\\_2013\\_889941.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/6110/uba_ffyl_t_2013_889941.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 29 jan. 2021.

ROSALES, Osvaldo. **El Sueño Chino –Cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina; Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020, 240 pp.

SEAIN/MPDG; SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil, n.1**. Ago/Set 2017. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/784/1/Boletim\\_\\_\\_FDI\\_\\_\\_China\\_\\_\\_08.11.2017.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/784/1/Boletim___FDI___China___08.11.2017.pdf). Acesso em: 08 fev. 2021.

SEAIN/MPDG; SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil, n.2**. Nov/Dez 2017. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521448/1/boletim\\_fdi\\_china\\_no\\_2\\_01\\_2018.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521448/1/boletim_fdi_china_no_2_01_2018.pdf)

SEAIN/MPDG; SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil, n.3**. Jan/Fev 2018. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521449/1/BoletimFDIChinan3\\_2018.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521449/1/BoletimFDIChinan3_2018.pdf). Acesso em: 08 fev. 2021.

SEAIN/MPDG; SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil, n.4**. Mar/Abr 2018. Disponível em: [https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521447/1/Boletim\\_\\_Investimentos\\_Chineses\\_\\_\\_n\\_\\_4.pub.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/521447/1/Boletim__Investimentos_Chineses___n__4.pub.pdf). Acesso em: 08 fev. 2021.

SENKOVSKI, Antonio C. Chineses compram empresa bilionária do Paraná. **Gazeta do Povo**. 30 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/chineses-compram-empresa-bilionaria-do-parana-68jplwf93p8qkal7d6p1zfkql/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SENKOVSKI, Antonio C. Chineses compram empresa bilionária do Paraná. **Gazeta do Povo**. 30 de maio de 2017.

SERIGATI, Felipe Cauê; POSSAMAI, Roberta; SEVERO, Kellen. O ano de 2018 começa melhor do que o de 2017. **Agroanalysis**, [s. l.], v. 37, ed. 12, p. 16-18, dezembro 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/76452/73303>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SHEN DINGLI. En busca del equilibrio. Explorador: China, la dueña del futuro. Buenos Aires, **Capital Intelectual**, 2013, pp. 61-63.

SHEN DINGLI. En busca del equilibrio. Explorador: China, la dueña del futuro. Buenos Aires, **Capital Intelectual**, 2013, pp. 61-63.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 249-282, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292005000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292005000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso dia 26 de novembro de 2019.

Sistemas de Contas Nacionais Trimestrais- SCNT. **IBGE BRASIL**. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa)>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SLIPAK, Ariel Martín. América Latina y China: ¿cooperación sur-sur o consenso de Beijing?. **Nueva Sociedad**. Fundación Friedrich Ebert, Vol. 250, p.102-113, 2014. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/92337>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Soja: quebrando recordes: CESB: 10 anos de máxima produtividade / **Realização Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB)**; Patrocinadores Basf, Bayer, Syngenta et al. – Brasil: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1105763/1/capLIVROCESB.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

UNCTAD. (2019). Trade diversion effects in details. **Report Trade and Trade diversion effects of United States tariffs on China**. No. 37, pp. 11-12. Trade 116 Análisis Económico, vol. XXXV, núm. 89, mayo-agosto de 2020, ISSN: 0185-3937, e-ISSN: 2448-6655 Analysis Branch Division of International Trade and Commodities. Disponível em: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ser-rp-2019d9\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ser-rp-2019d9_en.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

VALLS, Lia. Histórico da Rodada Uruguai do Gatt. **Estudos em Comércio Exterior**, Vol. 1 nº3, jun/dez 1997. Disponível em: <[https://ecex.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/historico\\_da\\_rodada\\_uruguai\\_do\\_gatt.pdf](https://ecex.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WANG, Yanyi; FARIA, Marina Dias de; CARVALHO, José Luis Felício. INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO CHINÊS NO BRASIL: MOTIVAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, [s. l.], v. 8, ed. 3, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/153>. Acesso em: 20 fev. 2021.

WIMER, Fernando Romero; HELLMUND, Paula Fernandez. La larga marcha de China como potencia global. **Revista Izquierdas**, nº 49, p.2658-2683, abril, 2020. Disponível em: <<http://izquierdas.cl/ediciones/2020/numero-49>>.

ZANINI, Fábio. Com armazéns e fábricas, China amplia presença no agronegócio. **Folha de S. Paulo: Agrofolha**. 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/com-armazens-e-fabricas-china-amplia-presenca-no-agronegocio.shtml#:~:text=A%20Cofco%20tem%2019%20armaz%C3%A9ns,%C3%A9%20positiva%22%2C%20afirma%20Tascon.>>. Acesso em: 26 fev. 2021.